



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social



Monografia

Interloquções entre a imagem do Serviço Social e o Projeto Ético-Político da Profissão na
região dos Inconfidentes

Andreza Caroline de Ataídes

Mariana, MG
2019

Andreza Caroline de Ataídes

Interlocuções Entre a Imagem do Serviço Social e o Projeto Ético-Político da Profissão na
região dos Inconfidentes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto como requisito à
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Prof^a. Dr^aa. Virgínia Alves
Carrara

Mariana, MG
2019

A862i Ataides, Andreza Caroline de .
Interlocuções entre a imagem do Serviço Social e o Projeto Ético-Político na região dos Inconfidentes [manuscrito] / Andreza Caroline de Ataides. - 2019.

93f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virgínia Alves Carrara.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Serviço social - Teses. 2. Ética política - Teses. 3. Imagem (Filosofia) - Teses. I. Carrara, Virgínia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4(815.1)

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Andreza Caroline de Ataídes

Interlocuções entre a Imagem do Serviço Social e o Projeto Ético-Político da Profissão na Região dos Inconfidentes

Membros da Banca

Dra. Virgínia Alves Carrara - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. Rafaela Bezerra Fernandes - Universidade Federal de Ouro Preto

Versão final

Aprovado em 11 de dezembro de 2019.

De acordo

Professor (a) Orientador (a) Dra. Virgínia Alves Carrara



Documento assinado eletronicamente por **Virginia Alves Carrara, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2019, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0030166** e o código CRC **202C57F7**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204256/2019-08

SEI nº 0030166

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

À todas e todos as/os assistentes sociais que
buscam suspender o cotidiano a fim de
compreendê-lo para além de sua aparência.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me permitir experimentar. Pela serenidade em meio a tantos questionamentos. Por ter sido canção, estrofe, ponte e refrão quando a caneta não mais rabiscava o papel.

Aos meus pais, pela conversa que tivemos sentados no banco da praça, no dia em que decidimos viver a ousadia de experimentar a distância. Pela viagem cansativa com minha mudança no carro. Dois dias depois vocês foram embora, mas todos os dias seguintes estiveram na retaguarda. Ao meu irmão, por rir das mesmas coisas que eu e por me fazer sentir mais saudade de casa. Por ter sido porto seguro e amigo sem igual. Amo vocês!

À Fer e ao João, pela amizade construída nos dias em que descer correndo para o terminal era uma aventura. Por fazerem reduzir a pó os 732 km que existe entre nós.

À Júlya e Steh, pela empatia no olhar. Por terem feito da nossa casa, um lar.

À Ana, por todas as dificuldades que enfrentamos juntas, mas principalmente, por tantos momentos bons que cativamos nesses três anos dividindo o teto, o bolo de cenoura e o peso da vida. À Thuíla, por estar no *top five* - de três - pessoas mais engraçadas que conheço, pelo coração gigante e cuidado maternal. Ao Rafael, por tirar a poeira do meu violão e viciar toda a casa em comida japonesa. Obrigada por serem!

Ao Lucas, por ter chegado com tudo em minha vida, invadindo minha felicidade e minha casa. À Izabella, pela amizade que nasceu subindo e descendo morro e cresceu em meio a tanta poesia. A vocês, por lavarem minha cozinha no dia que ela inundou, pela visita ao ICHS, e rolês em que abrir o coração era regra! Porque juntos choramos de tristeza e rimos até doer a barriga. Levo vocês pra vida, “vamos de mãos dadas”. O que a extensão uniu, o fim da graduação não separa.

À Marília, pela amizade desde o primeiro dia de aula e serenidade nos fins de período.

À Vitória, pela sensatez e risada deliciosa. À Nayara, pelas histórias contadas.

À Jade, companheira de estágio, por dividir as inquietações desse momento único. Porque juntas, rimos do improvável nos dias em que conter as lágrimas era um desafio.

À Larissa, pela amizade que nasceu nos meus últimos meses em Mariana, e que rendeu boas histórias!

À ABU Mariana, por ter sido família. Obrigada por encherem minha varanda e preencherem meus sábados em meio a tantos questionamentos, aflições, tortas de limão e

café cremoso. Minha admiração à Raquel pelos puxões de orelha e amizade, ao Ed pela tranquilidade, à Evelin por expôr nossas limitações, à Mari pela opinião sincera, à Ana Lydia pelo acolhimento, ao Caio pelo pé no chão, ao Gustavo, por correr até a grade perto do palco, à Mel, por caminhar até lá comigo. Com vocês, (des) construí jardins e plantei flores!

À Thayná, companheira não só na sala de aula, extensão, iniciação científica e ABU, mas também no retorno pra casa. Porque juntas, desbravamos terras desconhecidas e respiramos novos ares. Míga, Mariana não é a mesma sem você. Ao Matheus, pelas aulas de cinema via whatsapp, pelo grupo que só tem nós dois, pelas poesias que nasceram de uma folha de dicionário, pelo tour gastronômico em BH e pela visita demorada. Você é pós-moderno, mas eu perdôo. Ao Wigde, pelos conselhos sensatos perdidos em tantos áudios no whatsapp. Pela pureza em ver o lado bom das coisas e por me aguentar te imitando e falando seu nome errado. Sinceramente, eu amo vocês!

À Universidade Federal de Ouro Preto, pela formação pública de qualidade. Por ter me possibilitado viver a tríade ensino, pesquisa e extensão. Ao curso de Serviço Social da UFOP, pela formação crítica. A todas/os as/os professoras/es que tive, substitutas/os e efetivas/os, pelo compromisso ético com a profissão e político com a construção de uma nova ordem societária. Pelo esforço da docência em uma Universidade tão sucateada. Obrigada!

Ao Programa de Extensão Mineração do OuTro, por ter me possibilitado vivenciar a fâisca do cinema e a lavrar os versos. Em especial, ao Projeto Lavras de Versos Santo Antônio, por me mostrar que a verdadeira riqueza de Mariana é a cultura e o povo marianense, e que “O Rio? É doce. A Vale? Amarga”. Aos adolescentes, pelo aprendizado. Aos amigos bolsistas, pelo companheirismo. Aos coordenadores do projeto, por lutarem e fazerem acontecer uma extensão de qualidade!

Ao NEESFT, por ter sido espaço de pesquisa e extensão. Por possibilitar refletir ainda mais acerca dos desafios da atuação profissional em tempos tão sombrios e me fazer perceber que o estudo dos Fundamentos da profissão é um ato revolucionário. Em especial, aos professores membros do núcleo, às assistentes sociais e colegas bolsistas.

À professora Kathiúça, minha admiração pelo compromisso enquanto assistente social docente/pesquisadora/extensionista. Pelas inúmeras trocas que a Universidade nos proporcionou - e que não se limitaram a esta.

À professora Rafaela, pela supervisão acadêmica que significou um respiro durante o estágio. Pelas inesquecíveis aulas lecionadas nas cinco disciplinas que pude fazer com você! Por me proporcionar, com tanta paciência, aproximação à docência durante a monitoria.

Ao Cláudio e Rafaela, membros da banca, pelos momentos divididos para além de Mariana, que se estenderam à Vitória, Brasília e agora às reflexões postas neste Trabalho. Obrigada por aceitarem o convite e continuarem fazendo parte da minha formação!

À Virgínia, orientadora deste trabalho, meu apreço. Porque no primeiro período, me fez perceber a seriedade da profissão que escolhi. E hoje, no último, me faz sentir orgulho desta. Sou grata pela acolhida na iniciação científica e demais espaços que me proporcionou ocupar. Por ter orientado este trabalho com tanta paciência e comprometimento, tornando esse processo de produção, um enorme aprendizado. Obrigada por tanto!

À todas e todos que valorizam a ciência e a produção de conhecimento e que lutam por uma educação popular, laica, pública, gratuita e de qualidade.

À todas e todos que não se calam frente às violências impostas pelo Capital, nem aceitam (des)governos irracionais e autoritários!

Então, meu coração também pode crescer.
Entre o amor e o fogo,
entre a vida e o fogo,
meu coração cresce dez metros e explode.
- Ó vida futura! nós te criaremos.
(DRUMMOND, 2013, p.70)

*“Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.*

*Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.*

*Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.*

*Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.*

*Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta
distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.”
(Carlos Drummond de Andrade - Elegia 1938)*

RESUMO

Este trabalho objetivou se aproximar da imagem socialmente construída e autoimagem da profissão e sua relação com a afirmação ou negação do PEP do Serviço Social, junto aos assistentes sociais da região dos Inconfidentes. O interesse pelo tema se deu por identificar, durante minha inserção ao campo de estágio, intervenções profissionais que se desenvolveram em contraposição a autoimagem da profissão defendida pelos organismos da categoria - ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO. Para isso, percorremos no primeiro capítulo, o caminho da elucidação das principais categorias do modo de produção capitalista que culminaram no surgimento do Serviço Social. Em seguida, a reflexão acerca do Serviço Social tradicional e sua ruptura, que possibilita a apreensão de elementos da imagem socialmente construída e construção de uma nova autoimagem da profissão. O segundo capítulo deste trabalho, consiste em uma pesquisa feita com sujeitos envolvidos no problema deste trabalho. Dessa forma, foram analisados 18 questionários aplicados a assistentes sociais que atuam na região da Universidade Federal de Ouro Preto. Para aproximação a elementos na imagem socialmente construída e autoimagem do Serviço Social na região, buscou-se na primeira parte do capítulo, refletir acerca das particularidades do território no qual a UFOP se insere. A segunda parte, objetivou a análise do questionário semi-estruturado, dividido em duas partes. A primeira parte, refere-se à formação e área de atuação dos assistentes sociais e a segunda, à concepção que estes têm da profissão. Dessa forma, este trabalho possibilita aproximação aos fundamentos da profissão de Serviço Social e compreensão da imagem socialmente construída e autoimagem da profissão e suas especificidades na região de abrangência da UFOP.

Palavras-chave: Serviço Social, Projeto Ético-Político, imagem, autoimagem.

ABSTRACT

This work aimed to approach the socially constructed image and self-image of the profession and its relationship with the affirmation or denial of the PEP of the Social Work, with the social workers of the Inconfidente region. The interest in this theme has begun once was possible identify, during insertion to the internship field, professional interventions that developed in opposition to the self-image of the profession defended by the category bodies - ABEPSS, CFESS / CRESS and ENESSO. In order to do so, in the first chapter, we follow the path of elucidation of the main categories of the capitalist mode of production that culminated in the emergence of Social Work. Then, the reflection on the traditional Social Work and its rupture, which allows the apprehension of elements of the socially constructed image and construction of a new self-image of the profession. The second chapter of this work, consists of a research done with subjects involved in the problem of this work. Thus, 18 questionnaires applied to social workers who work in the region of the Federal University of Ouro Preto were analyzed. To approach elements in the socially constructed image and self-image of Social Work in the region, the first part of the chapter sought to reflect on the particularities of the territory in which UFOP is inserted. The second part aimed to analyze the semi-structured questionnaire, divided into two parts. The first part refers to the training and area of work of social workers and the second part to their conception of the profession. Thus, this work makes it possible to approach the fundamentals of the Social Work profession and to understand the socially constructed image and self-image of the profession and its specificities in the region covered by UFOP.

Keywords: Social Work, Ethical-Political Project, image, self-image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: IMAGEM E AUTOIMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL	17
1.1. Contextualizando o solo sob o qual o Serviço Social emerge	17
1.2. A emergência do Serviço Social: imagem socialmente construída e autoimagem	25
CAPÍTULO 2: APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA DA PESQUISA: COMO OS ASSISTENTES SOCIAIS DA REGIÃO DA UFOP COMPREENDEM DA PROFISSÃO?	38
2.1. Curso de Serviço Social da UFOP: particularidades do território	38
2.2. Análise da coleta de dados: características da imagem da profissão	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
APÊNDICE A	83
APÊNDICE B	87
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

“A entrega incondicional à realidade e o apaixonado desejo de superá-la caminham juntos (...). A unidade desse ato é um nível mais espiritual e mais consciente que o próprio trabalho, no qual a teleologia que transforma o objeto do trabalho resulta inseparável da captação dos segredos da matéria dada”.

(LUKÁCS, 1967a, p.227 apud FORTES, 2016, p.55)

Minha aproximação com o objeto de pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu principalmente após inserção em estágio supervisionado durante três períodos letivos (ou seja, um ano e meio), no Centro de Referência de Assistência Social - Volante Bairros de Mariana, MG. Este processo de estágio supervisionado gerou inúmeros questionamentos, principalmente no que se refere ao projeto ético-político do Serviço Social. Na experiência de estágio, pude perceber que muitas/os profissionais afirmam que *“na prática a teoria é outra”*, *“lá na faculdade a gente lê Marx, mas ele não tá aqui pra ajudar a gente”*, *“a faculdade deveria ter mais disciplinas práticas, é só teoria”*, *“muita teoria e pouca realidade”*, etc. Tais falas apareciam frequentemente no dia a dia das/dos assistentes sociais, o que me instigou a pensar a respeito da imagem socialmente construída da profissão - me refiro a ideia e associação da assistente social enquanto *“uma moça boazinha que faz caridade”* a quem merece e por benevolência, provavelmente ligada a alguma entidade religiosa -, sua autoimagem e o projeto ético-político do Serviço Social.

Nos meus primeiros dias de estágio, presenciei assistentes sociais, formadas na mesma instituição em que estou concluindo o curso, utilizarem frases como *“ela não merece”* ou *“ela merece porque o marido é trabalhador”*. Assim,

A ultrageneralização, somada à unidade entre pensamento e ação e à fixação imediata na aparência da realidade, facilita a construção de estereótipos e analogias incorporados pela tradição e pelos costumes e sua reprodução como verdades inquestionáveis. Essa forma de pensar, presente na vida cotidiana, corresponde ao senso comum (CFESS, 2016, p.10).

Dessa forma, refletir acerca do cotidiano enquanto espaço onde a consciência comum coincide com o da produção capitalista, em que o prático é o produtivo se fez extremamente

necessário, já que a atitude na vida cotidiana é absolutamente pragmática. Se é incorporada uma racionalidade que se constitui no modo de pensar a realidade na sua imediatez e em uma forma específica de conceber a relação teoria e prática, a qual invade tanto as representações e autorrepresentações profissionais como repercute na apropriação que o profissional faz da teoria social - aqui, em especial, mas não exclusivamente, o marxismo. (GUERRA, 2013).

Outro fator que me levou a questionar a respeito da autoimagem do Serviço Social e sua imagem socialmente construída, foram as visitas domiciliares. Nestas, presenciei inúmeras vezes usuárias abrindo os armários de suas casas a fim de comprovar o tal “merecimento” do benefício eventual de Cesta Básica - fazendo aparecer a imagem socialmente construída da profissão, enquanto “fiscal”. No entanto, o que mais me chama atenção é a postura de assistentes sociais que olham dentro do armário ao invés de frisar a questão do direito ao benefício, não utilizando a reflexão em conjunto com as/os usuárias/os acerca do papel do assistente social, reforçando a imagem socialmente construída do Serviço Social também enquanto “fiscal da pobreza”. Além disso, já ouvi falas por parte de assistentes sociais como: *“até que a casa dela é limpinha, né?”* e *“nossa, você viu que bagunça a casa dela?”*. Já presenciei profissionais fazendo comentários morais de usuários do CAPS, negando atendimentos a usuários de um bairro específico e atendendo outros de porta aberta, *“por medo deles terem uma arma escondida”* - comprometendo o sigilo profissional e deixando em segundo plano o código de ética da/o assistente social. Após presenciar profissional em atendimento orientando adolescente em conflito com a lei a procurar *“ajuda de um padre, porque ele vai saber te aconselhar”* percebi a necessidade de compreender o que os/as assistentes sociais entendem da profissão, já que em no meu contato com o cotidiano profissional, ficou evidente que a maioria das/dos assistentes sociais demonstram na dimensão técnico-operativa (a forma de aparecer da profissão) a meritocracia, a fiscalização, o discurso religioso e o conservadorismo.

Em alguns espaços de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - neste caso, com crianças e adolescentes - era predominante uma abordagem punitiva e culpabilizante. Presenciei uma excursão com um grupo de crianças onde uma delas - de no máximo sete anos de idade - pouco antes de entrar no transporte para a viagem foi retirada de lá a força por *“mau comportamento”* e com a justificativa de que *“ele é muito violento”*. Além disso, neste mesmo Grupo de Convivência, testemunhei assistente social perguntando

aos adolescentes o que era a Páscoa e qual o significado daquela data dentro da perspectiva religiosa. Presenciei também assistentes sociais questionando a legitimidade do Serviço de Convivência para idosos, alegando *“pra quê grupo para idosos? Eles não entendem nada mais, não vão ouvir o que acontece no grupo e nem vão conseguir comer o lanche”*.

Para além disso, percebo também que os/as profissionais tendem a incorporar o projeto institucional - e também as políticas sociais - como o seu projeto, ou seja, tendem a assumir um papel de fiscal dos serviços, reproduzindo falas como *“temos que investigar esse caso, porque esse povo é esperto demais”*. O Serviço Social possui uma dimensão investigativa, que significa pesquisa, mas que caminha numa direção contrária ao viés fiscalizador, e sim, num sentido de apreensão da realidade, e desvelamento do real, buscando a sua essência.

A reprodução dessas falas me levou a pesquisar a autoimagem, já que as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social foram construídas na da perspectiva do direito e de um projeto alinhado aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, ainda assim, o que presenciei no estágio vai numa direção oposta e numa perspectiva conservadora e fiscalizadora. Esse tipo de postura pode ocorrer por uma possível fragilidade a respeito da compreensão do que é a profissão, quais são as atribuições do assistente social e quais demandas ele/a deve responder.

Outro fator muito perceptível em minha experiência de estágio, foi o apelo à sociedade civil. Um exemplo disso é que devido a necessidade do uso da internet para o trabalho, os/as profissionais compraram um roteador de wifi e dividiram o valor. Isso ocorreu pois a rede de Assistência Social de Mariana faz uso de um software onde as/os técnicas/os devem registrar todas as suas atividades, liberação de benefícios e atendimentos na plataforma do Gesuas. No entanto, a Prefeitura alegou que não possuía verba para a compra de um roteador, logo, os/as profissionais dividiram o valor entre si pois estavam levando o trabalho pra fazer em casa já que o equipamento não possuía a estrutura necessária. A posição dos/das profissionais no entanto foi de se mobilizar para alcançar os recursos, bem como ocorreram outras vezes com lâmpadas, telefone, produtos de higiene pessoal para usuárias/os e lanche para uma atividade especial de um grupo de convivência - os/as técnicos/as se mobilizaram e dividiram entre si as *“despesas”*. Dessa forma, o apelo à sociedade civil e o rateamento de custos para a infraestrutura dos equipamentos, conformam outra questão que identifiquei e que procuro entender em relação ao avanço do conservadorismo e da

responsabilização dos sujeitos. Por que isso ocorre? De que forma o apelo à sociedade civil se relaciona ao não investimento do Estado?

Meu objetivo aqui não é culpabilizar os/as profissionais assistentes sociais do serviço, nem individualizar o problema em questão como de responsabilidade estritamente dos mesmos mas pesquisar os profissionais, e em que medida estes se encontram alinhadas/os ao projeto ético-político profissional e tentar compreender possíveis lacunas e limites em sua formação profissional e em seu trabalho.

Partindo do pressuposto defendido por Couto (2009), busco compreender a importância da apreensão da autoimagem por parte das assistentes sociais para o exercício profissional. Ou seja, após observar no estágio que os/as assistentes sociais majoritariamente intervêm numa direção oposta ao proposto pelo projeto ético político, procuro entender as múltiplas determinações da questão em estudo.

As questões citadas acima me levam a estudar quais são os elementos que compõem e estruturam a imagem socialmente construída da profissão e sua autoimagem em interlocuções com o atual projeto ético-político da profissão (PEP). Parto do pressuposto de que múltiplos elementos podem gerar uma incompreensão, por parte das/os assistentes sociais, do que é a autoimagem do Serviço Social, tendo como uma possível consequência, assistentes sociais que não intervêm na perspectiva do direito e sim numa perspectiva moralizadora, reforçando a imagem socialmente construída do Serviço Social como caridade, ajuda e fiscalização.

A compreensão acerca do PEP do Serviço Social resulta, conseqüentemente, na compreensão acerca do perfil que este imprime e exige dos profissionais que aderiram a profissão. Dessa forma, é de extrema relevância a compreensão do solo em que este surge - desde a crise do Serviço Social tradicional até a construção da Lei de Regulamentação da Profissão, das Diretrizes Curriculares e do Código de Ética. Estes três últimos expressam, mas não exclusivamente, a autoimagem que o assistente social deve ter da profissão, ou seja, seu perfil, princípios, valores e normas de conduta.

Para além disso, é fundamental reafirmar os limites e desafios do PEP, uma vez que ele imprime também um projeto societário. Ou seja, quais os desafios de um Projeto Profissional anticapitalista frente ao avanço do projeto neoliberal? De que forma os/as assistentes sociais estão lidando com o avanço do neoconservadorismo presente em todas as esferas da vida social? As/os profissionais estão se rendendo ao projeto neoconservador ou

enfrentando-o? De que forma a autoimagem da/o assistente social pode contribuir para a reafirmação do projeto?

É certo que o solo sócio-histórico que proporcionou a renovação do Serviço Social brasileiro era de um Estado a serviço do grande capital e sob uma autocracia burguesa. Refletir então quais os múltiplos determinantes desse processo, desde a crítica ao Serviço Social tradicional até a emergência de um projeto profissional renovado e alinhado aos interesses da classe trabalhadora, na construção da atual autoimagem defendida pelos organismos da categoria será um dos caminhos a ser desenvolvido aqui.

O Movimento de Reconceituação Latino-americano, nutrido pela reflexão acerca da realidade da América latina, aliado a uma aproximação às ciências sociais em geral, especialmente à teoria marxista influenciou diretamente a contestação do Serviço Social tradicional brasileiro. Em todo o solo latino-americano, a profissão questionava suas bases assentadas na tradição conservadora. No Brasil, no entanto, a autocracia burguesa interrompeu o avanço desse processo, dando lugar a modernização conservadora, mas no movimento contraditório da realidade impulsionou o processo de renovação do Serviço Social.

A renovação do Serviço Social emergiu, trazendo ao mesmo tempo rupturas e continuidades no que se refere ao legado do movimento de reconceituação latino-americano. Se por um lado se rompeu com um ecletismo teórico que impossibilitava uma leitura crítica da realidade burguesa, por outro lado se deu continuidade a construção de um novo projeto societário por meio de uma apreensão do real através da apropriação da teoria social crítica, impulsionando assim uma consciência teórica de seus agentes. Dessa forma, a construção de um novo projeto profissional estava em voga, e o perfil deste era de um assistente social comprometido com os valores ético-humanistas, alinhado aos interesses da classe trabalhadora e com uma consciência teórica capaz de proporcionar uma leitura da realidade e a intervenção qualificada nesta (IAMAMOTO, 2009).

Ora, se a consciência teórica é o que possibilita a compreensão das relações sociais e a construção de um fazer profissional alinhado ao projeto da profissão, será a ausência desta motivo para a negação deste projeto por parte de alguns assistentes sociais? Se as diretrizes curriculares, o Código de Ética e a lei da regulamentação da profissão asseguram uma intervenção alinhada aos interesses da classe trabalhadora, seria a ausência de uma consciência teórica responsável por uma intervenção moralizante e reprodutora de

desigualdades? Se o Serviço Social é produto histórico de seus agentes, de que forma a consciência teórica destes contribui para a consolidação do projeto da profissão?

Por que os assistentes sociais não incorporam a autoimagem da profissão explícita no projeto profissional? O que eles incorporam? A imagem socialmente construída? Esta imagem socialmente construída expressa um projeto profissional?

A partir dessas perguntas, e num movimento de responder a estas, chegamos ao objetivo geral deste trabalho: a aproximação aos múltiplos elementos presentes na imagem do Serviço Social e sua interlocução com o PEP da profissão. Como objetivos específicos temos: a compreensão dos elementos que compõem a imagem socialmente construída da profissão; a elucidação acerca da autoimagem do Serviço Social e sua construção; análise dos dados obtidos através de questionários aplicados aos assistentes sociais da região dos Inconfidentes.

Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho busca compreender os fundamentos do Serviço Social, desde a apreensão de categorias da sociabilidade que fez surgir a chamada “questão social”, até a emergência da profissão no Brasil e a consolidação do atual projeto ético-político. Para isso, este capítulo foi estruturado em duas seções: a primeira, discute os fundamentos do Serviço Social e percorre brevemente o caminho ao qual o modo de produção capitalista traçou, a fim de elucidar a era dos monopólios, a qual, a partir de uma refuncionalização do Estado, passou a necessitar de um agente que pudesse responder às múltiplas manifestações da “questão social”. Na segunda seção abordamos a emergência da profissão no Brasil, trazendo elementos que compõem a imagem socialmente construída da profissão para num segundo momento refletir acerca da ruptura com o Serviço Social tradicional e a construção de uma nova autoimagem e seu projeto ético-político.

O segundo capítulo deste trabalho, tem como objetivo a aproximação acerca da compreensão que os assistentes sociais da região da UFOP possuem da profissão. Para isso, na primeira parte deste capítulo, foi realizada uma análise do território no qual a UFOP se insere, enfatizando o papel da Universidade e sua importância e a especificidade da região - principalmente, Mariana. Dessa forma, se enfatizou acerca do rompimento-crime da Samarco, em 2015 no município e o aprofundamento das particularidades das múltiplas expressões da “questão social”, diante das quais os assistentes sociais são chamados a intervir. Na segunda parte desse capítulo, foi realizada a análise de 18 questionários, aplicados a assistentes sociais participantes do Projeto de Extensão da UFOP, vinculado ao NEESFT e ao curso de Serviço Social, intitulado “A Relação Teoria-Prática e o Tratamento

do Instrumental Técnico Operativo no PEP do Serviço Social”, durante os meses de setembro, outubro e novembro. Dessa forma, a cada encontro, foram entregues os questionários aos assistentes sociais. Objetivou-se com esses questionários, a aproximação da concepção de profissão que estes profissionais estão adotando e sua relação com a imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão.

A metodologia para a pesquisa se deu através de um questionário quali-quantitativo. A escolha por este método ocorreu pois “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p.22), ou seja refere-se a uma postura teórica que se opõe ao positivismo, numa perspectiva de capturar a realidade.

O questionário possui 16 questões, dentre elas, em qual instituição eles se formaram, o porquê da instituição escolhida, a área que o assistente social trabalha e quando o profissional começou a atuar na área. Além disso, o por quê da escolha da profissão, o que é Serviço Social, qual a importância do PEP no cotidiano profissional, quais as exigências profissionais postas para o Serviço Social no espaço sócio ocupacional no qual elas/es atuam e o que cada assistente social considera mais relevante para o trabalho profissional. Em seguida, pergunta-se como os assistentes sociais desenvolvem seu trabalho, se há planejamento em suas ações, qual a relação entre a formação e as exigências postas no cotidiano, se a investigação está presente em seu trabalho e por fim, qual a contribuição da teoria social crítica para o Serviço Social.

A coleta de dados se deu nos módulos dos meses de setembro, outubro e novembro, como citado anteriormente. No mês de setembro, o questionário foi entregue a 6 assistentes sociais presentes no curso de extensão, no entanto somente 4 devolveram a pesquisa respondida. Já em outubro, foram entregues 10 questionários para os assistentes sociais e apenas a metade deles, ou seja, 5 entregaram ele com as respostas. No mês de novembro, por outro lado, foram entregues 15 questionários a diferentes assistentes sociais e 9 deles devolveram. Juntamente com o questionário, foram entregues dois Termos de Consentimento Livre Esclarecido, assinados pela pesquisadora em questão, sendo que um deles deveria ser entregue de volta assinado pelos assistentes sociais junto com o questionário. Na entrega dos questionários e Termos de Consentimento Livre Esclarecido, era evidenciado pela

pesquisadora em questão o sigilo das respostas e a ética e compromisso com os questionários respondidos, além de enfatizar que a participação na pesquisa era voluntária. Dessa forma, dos 31 questionários entregues ao todo, foram possíveis receber 18 destes respondidos. Foram muitos os desafios deste processo, uma vez que, ao explicar que se tratava de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que buscou entender acerca da imagem da profissão e seu projeto ético-político, muitos assistentes sociais sentiam receio e uma certa insegurança em responder, ainda que o sigilo fosse assegurado pela pesquisadora.

CAPÍTULO 1: IMAGEM E AUTOIMAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

1.1. Contextualizando o solo sob o qual o Serviço Social emerge

*O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os
homens presentes, a vida presente.*

(Mãos dadas - Drummond)

Faremos o esforço, neste capítulo, de compreender a emergência do Serviço Social e o significado social da profissão, para num segundo momento, nos aprofundarmos na imagem e autoimagem desta. Para contemplarmos nosso objetivo, recorreremos à teoria social crítica, pois é o encontro desta com a profissão que permite a ruptura com o Serviço Social tradicional e é esta que nos permite elucidar seus fundamentos.

Iamamoto indica dois elementos que representam essa ruptura: “o primeiro é considerar a questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social e o segundo é apreender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p.57). Tal reflexão e processo de autocrítica da profissão somente foi possível a partir do seu encontro com a teoria social crítica, que proporciona a leitura e interpretação da realidade na qual a/o assistente social intervém, gerando a reflexão acerca da instrumentalidade do Serviço Social a fim de “pensar as condições de possibilidade da profissão em determinados contextos e conjunturas” (GUERRA, 2018, p.33).

Assim, “a luta de classes como motor da história põe e repõe a necessidade da profissão e os dilemas nos quais atua” (GUERRA, 2018, p.35). Percorremos este denso caminho, de enfatizar as principais categorias do capital para reforçar que ter a realidade social como fundamento exige do assistente social a aproximação à teoria social. Esta, permite desvelá-la, compreendendo o trabalho enquanto categoria essencial, a história como processo de produção e reprodução, a relação teleologia e causalidades, o antagonismo entre as classes sociais e a “questão social” e suas múltiplas expressões. Isto posto,

A busca dos fundamentos é o procedimento da razão ontológica, dialética que nega a aparência e destrói o fetiche que a encobre. Por isso é possível considerar, assim

como o faz Ianni (1998) que a reflexão sobre os fundamentos, como já mencionado, é crítica e revolucionária (GUERRA, 2018, p 41).

Consequentemente, estudar os fundamentos do Serviço Social e o significado da profissão na atualidade, se põe como atividade urgente e dever da categoria profissional. É neste campo, dos fundamentos da profissão, que se faz o debate acerca da imagem socialmente construída, da autoimagem e imagem ideal do Serviço Social - os quais nos desdobraremos neste trabalho.

Nessa direção, entende-se que os fundamentos do Serviço Social só podem ser buscados na concepção de homem e mundo da ontologia do ser social. Nós, assistentes sociais, como seres prático-críticos encontramos a base de fundamentação da profissão na realidade social que engendra as particularidades do capitalismo em diferentes estágios e sua complexificação nos diferentes modelos de produção adotados na direção de preservação do sistema (GUERRA, 2018, p.37).

Dessa forma, o debate acerca dos fundamentos da profissão emergem, segundo Guerra (2018) no contexto de análise do currículo de 1982, a partir da necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método, proporcionando também a superação da visão tradicional do Serviço Social.

Explanar acerca da teoria social crítica, dessa forma, torna-se indispensável, pois o sistema capitalista e suas determinações, fazem surgir a “questão social” - a partir da contradição entre o capital e o trabalho -, que é objeto de intervenção do Serviço Social. Iremos percorrer então o trajeto da elucidação das principais categorias da ordem do capital: a mercadoria e o trabalho. Em seguida, refletiremos acerca da “questão social” para que num terceiro momento possamos entender o capitalismo monopolista, que foi solo da emergência do Serviço Social enquanto profissão.

É necessário elucidar acerca da célula central das relações sociais capitalistas e que recebe o título do primeiro capítulo de “O Capital”: a mercadoria. O modo de produção capitalista é o modo de produção de mercadorias em que, a riqueza é medida pela acumulação destas. Caracteriza-se por ser “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2011, p. 157). Além disso, é “uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 80). Ou seja, é algo que além de possuir uma utilidade, é cabível de troca ou venda. “Resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho” (MARX, 2011, p. 160), mais especificamente, trabalho humano abstrato¹. Dessa forma, o que as mercadorias

¹ “O trabalho que cria valor de uso é trabalho concreto (trabalho útil) (...). Mas, ao examinarmos a mercadoria (...), constatamos que ela não é apenas valor de uso: é também valor de troca - e, para ser trocada precisa ser

possuem em comum é o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho, sendo esse dispêndio o responsável pelo seu valor. Marx (2011) afirma ainda que a forma de medir a grandeza do valor da mercadoria é “por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, de quantidade de trabalho nele contida” (MARX, 2011, p. 161), ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário.

“A produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção” (NETTO; BRAZ, 2012, p.93). É a partir da produção mercantil capitalista que se funda o trabalho assalariado e a criação de duas classes fundamentais: a dos donos dos meios de produção e a dos donos da força de trabalho. O modo de produção capitalista pressupõe a exploração da força de trabalho, já que o lucro do capitalista advém do trabalho não pago pela produção da mercadoria (NETTO; BRAZ, 2012).

A divisão social do trabalho é condição de existência da produção de mercadorias (MARX, ano).

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2011, p. 167)

Assim, o trabalho rompe com o padrão natural das atividades, já que ele exige instrumentos, aprendizado e gera novas necessidades. Ou seja, ultrapassa as barreiras da natureza de forma que o/a homem/mulher distancia-se desta. O que diferencia, dessa forma, o ser social do animal é que antes de efetivar a atividade do trabalho, este idealiza a atividade mentalmente em seu cérebro, resultando num movimento indissociável do plano subjetivo e objetivo - salto ontológico, diferenciando o pior arquiteto da melhor abelha. É importante frisar ainda que o trabalho é sempre atividade coletiva. Dessa forma, é mediante o trabalho que o ser social se funda e que a humanidade se constitui como tal e é através dele que o/a homem/mulher se autoproduz, se humaniza. E quanto mais se humaniza, menos a natureza é determinante em sua vida, de forma que as determinações naturais sofrem recuo e complexifica-se as objetivações do ser social. Sendo o ser social uma estrutura histórica que resulta da auto-atividade dos homens e mulheres, é certo afirmar que é um ser inconcluso, apto a reconfigurar-se (NETTO; BRAZ, 2012).

comparada: (...) com a sua redução a um denominador comum, (...) quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral, tem-se o trabalho abstrato” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 118).

A sociabilidade regida pela mercadoria como célula central de suas relações, além disso, tem como objetivo central o lucro - que está associado a forma de trabalho adotada pelo capitalismo e que irá culminar nas múltiplas expressões da “questão social”. A transição da produção mercantil simples para a produção capitalista se deu no século XVIII. No entanto, é importante frisar a fórmula base da produção mercantil simples em contraposição à produção mercantil capitalista. Na primeira se tem: mercadoria→ dinheiro→ outra mercadoria - ou seja, se vende uma mercadoria para a partir do dinheiro (um mero meio de troca) se comprar outra mercadoria. Na segunda, por outro lado se tem: dinheiro→ mercadoria→ dinheiro acrescido - ou seja, aqui, os comerciantes não participam da produção de mercadorias e sim da troca entre elas a fim de obter o dinheiro acrescido, ou seja, o lucro. Isto é, a diferença entre o que pagavam por uma mercadoria e o que ganhavam a partir da venda desta (NETTO; BRAZ, 2012). Dessa forma, “se ambas supõem a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil capitalista essa propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista (ao burguês)” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83). Ou seja, o capitalista, que já é dono dos meios de produção, agora passa a comprar, através do salário, a força de trabalho que irá produzir as mercadorias. Por conseguinte, “os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho - reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista” (NETTO; BRAZ, 2012, p.83).

Em suma, por ora, é importante compreender o objetivo fim do modo de produção capitalista: o lucro, que é a força motriz, geradora da ordem burguesa e advém de processos da esfera da produção, mais especificamente, da mais-valia. Resumidamente, para produzir, o capitalista necessita da compra de mercadorias elementares: os meios de produção e a força de trabalho. O que faz desta uma mercadoria especial é que ela cria valor. Ou seja, o valor pago por ela (o salário) corresponde ao necessário para a sua reprodução, sendo um valor inferior ao que ela produz. Este “valor a mais”, produzido pela força de trabalho, é apropriado pelo capitalista (trabalho não pago), gerando o lucro e a acumulação - advindos da exploração da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2012).

A propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho, resultam no fenômeno da alienação. Isto é, a condição de expropriação a qual o trabalhador é obrigado a se submeter nesta sociabilidade faz com que a alienação penetre as relações sociais. Dessa

forma, as objetivações se apresentam aos homens e mulheres “como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo (...). Entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura aparece invertida - a criatura passa a dominar o criador” (NETTO; BRAZ, 2012, p.52).

A compreensão de tais categorias se faz necessário pois é a partir destas que surge a chamada “questão social”, e é neste solo de contradições que a/o assistente social intervém e tem sua imagem e autoimagem forjada. De acordo com Netto (2006), tratava-se de algo novo e sem precedentes na história, onde “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2006, p.42), demarcando a lei geral de acumulação capitalista. Tal fenômeno explicita a contradição da produção coletiva em detrimento da apropriação privada da riqueza. Dessa forma, a “questão social” é inerente ao capitalismo e indissociável dele, sendo que a supressão desta pressupõe a supressão da própria ordem do capital. Ou seja, “ao Serviço Social: sua *raison d'être* (razão para ser) tem sido a ‘questão social’ - sem ela, não há sentido para esta profissão” (NETTO, 2006, p. 49).

A expressão surge para dar conta de um fenômeno inédito do século XVIII na Europa - o pauperismo. Este sempre existiu, mesmo em sociedades precedentes à essa, no entanto, cabe compreender o que torna a extrema pobreza algo específico aqui. Anterior ao capitalismo e ao desenvolvimento das forças produtivas, o pauperismo estava estritamente relacionado à escassez de bens. O que torna a “questão social” e suas expressões algo novo na história da humanidade é que o pauperismo se amplia na mesma relação em que se ampliam as riquezas - lei geral da acumulação capitalista. Marx deu conta de explicar tal lei que comprovou o que a classe trabalhadora vivenciou na revolução de 1848, ano que também foi palco da publicação do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels. Ainda assim, a expressão foi apoderada pelo pensamento conservador, a partir da segunda metade do século XIX, numa perspectiva naturalizante de que “nada resta fazer” a não ser combater moralmente as expressões da “questão social” sem mexer nos fundamentos da sociabilidade capitalista. O que diferencia as relações sociais burguesas das relações sociais precedentes a esta é que a exploração - que poderia, devido ao desenvolvimento das forças produtivas, ser suprimida - é intensificada a fim de produzir coletivamente a riqueza que será apropriada privadamente (NETTO, 2006).

Após a Segunda Guerra Mundial, com o avanço do Welfare State em alguns países da Europa, a “questão social” era quase um privilégio da periferia capitalista. No entanto, ainda

que os países que viviam o Estado de Bem Estar Social tenham tido melhorias da qualidade de vida para a classe trabalhadora, não alterou-se a essência das relações burguesas: a exploração e a apropriação privada da riqueza. Com a entrada dos anos 70 e a chegada da crise, devido ao esgotamento da longa onda expansiva do capital, este, respondeu ofensivamente através de uma nova política econômica: o neoliberalismo, que demonstrou o descompromisso social do capital e seu engajamento com a exploração da força de trabalho (NETTO, 2006).

Como citado anteriormente, o Serviço Social atua nas múltiplas expressões da “questão social”, no entanto, não podemos reduzir a profissão a isto, já que foi um período específico do desenvolvimento capitalista que possibilitou esta intervenção: a era do monopólio. O capitalismo monopolista substituiu o capitalismo concorrencial, fortalecendo as contradições inerentes a esta ordem agora erguida sobre o controle dos monopólios. É nesse momento que o capitalismo alcança seu auge, no final do século XIX, impulsionado por novos antagonismos, sempre firmados na exploração do trabalho e nas crescentes taxas de lucro (NETTO; 1996).

São características do capitalismo monopolista: a centralização; a economia de trabalho vivo² e o conseqüente crescimento do exército industrial de reserva³; a supercapitalização - crescimento exponencial dos capitais excedentes; o parasitismo - destaque para o crescimento da oligarquia financeira, etc. Em suma, nesta fase, deixa-se para trás a livre concorrência e impulsiona-se uma luta de vida ou morte entre os setores monopolistas. Chega ao ápice, a apropriação privada da riqueza em detrimento de sua produção coletiva - fazendo exponenciar também, as múltiplas expressões da “questão social” (NETTO, 1996).

A reprodução ampliada do capital é acompanhada não só de uma reprodução ampliada das relações de classes, à proporção que o proletariado absorvido pelo capital se expande; mas esta reprodução da relação social é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tende a se ampliar. A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.69)

² É representada pela força de trabalho, ou seja, através da mecanização/automatização das empresas, busca-se economizar em trabalho vivo, ainda que somente este possa produzir valor (NETTO; BRAZ, 2012).

³ “O exército industrial de reserva, sendo um produto da acumulação, é, também, uma das condições para que esta se efetive. A existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da população, é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.66).

A demanda pela garantia dos superlucros dos monopólios exige o apoio de um vetor extra-econômico: o Estado. Ou seja, no capitalismo monopolista, há uma refuncionalização e redimensionamento do Estado, que assume duas funções: política e econômica. Isto posto, este desempenha funções econômicas diretas e indiretas, desde a assunção de controle de empresas capitalistas com dificuldades, até investimentos em infraestrutura e a capacitação da força de trabalho. Então, “o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista - opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (NETTO, 1996, p.22).

Dessa forma, o Estado torna-se responsável também pela conservação e controle da força de trabalho, ocupada - ameaçada pela exploração - ou excedente - garantindo o consumo de toda a população. Tendo como pedra-de-toque a garantia dos superlucros dos monopólios, o Estado adquire um caráter de coesionador da sociabilidade, que pode variar do Welfare State ao fascismo, a depender do que favorecer mais o crescimento e superlucro dos monopólios - este, é intrínseco à exploração do trabalho e “que atinge a globalidade da vida da classe trabalhadora. A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador;” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.73).

O Estado, dessa forma, pode dar respostas positivas aos interesses da classe trabalhadora, quando estes contribuem direta ou indiretamente para a maximização dos superlucros (NETTO, 1996).

Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito o jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (NETTO, 1996, p.23).

Por conseguinte, através de um jogo “democrático”, o Estado busca legitimidade entre a classe trabalhadora, na tentativa de ocultar seu papel de comitê executivo da burguesia, atuando sobre as múltiplas expressões da “questão social”. Essa atuação, no entanto, tem como objetivo a manutenção das taxas de lucro dos monopólios, ou seja, não ocorre no sentido de extinguir a “questão social”, pois como refletimos anteriormente, suprimir esta seria suprimir a própria ordem do capital. A intervenção sobre as sequelas da “questão social”

acontece, por meio das políticas sociais, de forma fragmentada e parcializada. Recortando-as como problemáticas particulares com o objetivo de descolar a relação existente entre “questão social” e o modo de produção capitalista (NETTO, 1996).

É importante frisar ainda que o surgimento das políticas sociais como enfrentamento do Estado sobre as sequelas da “questão social” são fruto da capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora, ou seja, “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.84). As políticas sociais, dessa forma, relaciona-se a uma imagem de “mediador entre as classes” por parte do Estado (NETTO, 1996). Assim,

o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista. (...) que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.83).

Ocorre assim, o reconhecimento da necessidade social e significado social da profissão por parte do Estado, o qual passa a intervir nas relações de trabalho, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado e gerindo e organizando serviços sociais. Ou seja, modifica-se neste cenário de capitalismo monopolista, a relação e enfrentamento com as múltiplas expressões da “questão social”, passando da caridade tradicional de iniciativas das classes dominantes, na medida em que se amplia a presença política da classe trabalhadora na sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

1.2. A emergência do Serviço Social: imagem socialmente construída e autoimagem

“[...] Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais”

(JESUS, 1963, p.32 *apud* GONÇALVES; NASCIMENTO, 2011).⁴

Como citado anteriormente, a “reconfiguração” do Estado burguês no capitalismo monopolista fez surgir a demanda por “categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.86). Assim, no Brasil, o Serviço Social emerge estreitamente ligado ao setor público e tem seu significado social atrelado a consolidação das políticas sociais.

Iamamoto e Carvalho (2011), reforçam ainda que o Serviço Social embora regulamentado como uma profissão liberal, possui suas particularidades, como a dependência da instituição empregadora para o seu trabalho. Por outro lado, têm-se a reivindicação de uma deontologia, e exige certa liberdade no exercício de suas funções institucionais. Além disso, a “relação singular no contato direto com os usuários - os “clientes” - o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional”(IAMAMOTO; CARVALHO, 2011,p.87). Além disso, os autores frisam acerca de uma certa fluidez ou indefinição do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, por parte da instituição, o que possibilita ampliação de seu campo de autonomia.

Dessa forma, a ampliação das instituições prestadoras de serviços sociais, por parte do Estado, viabiliza a expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais. Estes, deveriam ser técnicos qualificados na “área de ‘relações humanas’ (..) para a implementação de políticas de pessoal, diante da necessidade de racionalização da produção e do trabalho, exigidas pelo aprofundamento do processo de industrialização nos moldes do grande capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.89). Ou seja, o assistente social é chamado a intervir numa perspectiva de adaptar o trabalhador aos métodos de produção, e consequente exploração.

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de

⁴ Carolina Maria de Jesus (1914-1977), escritora, negra, pobre, catadora de papel. Em 1960, publicou o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de onde este trecho foi retirado (GONÇALVES; NASCIMENTO, 2011). É necessário enfatizar que este texto carrega a imagem socialmente construída do Serviço Social, o que fica nítido por “ajustar os desajustados”.

legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.89).

Assim, o vínculo com a Igreja na emergência do Serviço Social brasileiro, forjam um caráter missionário na atividade profissional, com ênfase na caridade - o que influencia a imagem da profissão. Além disso, “o assistente social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.90). Assim, a demanda e a remuneração vêm do mesmo agente: o patronato. Ou seja, o usuário, que vai receber o serviço do profissional, não o solicita, sendo que o assistente social “atua junto a ele numa demanda que na maioria das vezes não é dele” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.90). Dessa forma, segundo os autores, os usuários em geral procuram os organismos pelos serviços prestados, mas são obrigados a passar pelo Assistente Social. Por outro lado, a vocação de servir, por parte dos assistentes sociais é concebida como uma escolha, um chamado, que pode se justificar por razões éticas, religiosas ou políticas.

Dessa imagem social, historicamente plasmada e frequentemente incorporada pelos postulantes à profissão e mesmo por profissionais, deriva um certo caráter missionário da figura do profissional, expressiva em suas origens, mas ainda vigente, talvez (...) não mais o discurso carregado da linguagem explícita do apostolado cristão, mas do agente voltado para a ajuda aos demais, a serviço do povo, do oprimido (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.91)

Há que se frisar ainda a condição de trabalhador assalariado na qual o assistente social se encontra. Aqui, estabelece-se uma divisão entre trabalho voluntário, motivado por questões pessoais na medida em que se transforma a força de trabalho do assistente social em mercadoria e sua atividade torna-se subordinada à classe capitalista. O Serviço Social insere-se num contexto de criação de condições que permitam o funcionamento da força de trabalho, à exploração da mais-valia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Para nos debruçarmos acerca da imagem socialmente construída do Serviço Social, faz-se necessário enfatizar que ela, segundo Ortiz (2010), não é descolada da realidade, mas aponta elementos desta. Dessa forma, entender a profissão no curso da história, faz-se fundamental para compreender também que sua imagem socialmente construída não está desconectada da realidade, ainda que não seja a realidade em si mesma. Ou seja, “embora a imagem (...) resume-se à aparência da coisa em si, não podemos descartá-la pois ela indica, de certa forma, a essência do fenômeno” (ORTIZ, 2010, p.15).

o fenômeno a que se investiga é a imagem que o Serviço Social projeta na consciência dos sujeitos em geral e dos assistentes sociais em particular. A imagem consiste, portanto, na forma fenomênica da “coisa em si” capturada pela consciência, que ora me fornece elementos para o desvelamento de meu objeto, ora intenta travesti-lo (ORTIZ, 2010, p.18).

Assim, perceber que essência e aparência compõem dialeticamente a realidade é afirmar que a aparência não explica a essência do fenômeno - aqui, a imagem do Serviço Social - embora traga elementos desta. Segundo Lima (2011), ainda que a realidade fenomênica é a que entendemos de imediato, relacionada à coisas empíricas,

Para Kosik, o pensamento crítico, pelo qual é possível atingir a coisa em si, a realidade, a partir da sua estrutura interna determinante, tem como oposto o pensamento acrítico, o qual permanece no imediatismo fenomênico, não chegando a atingir o conhecimento da estrutura interna e dos reais processos que desencadeia tudo o que acontece na realidade social (LIMA, 2011, p.39).

Além disso, Netto, na elucidação a respeito do método de Marx enfatiza:

Para Marx, como para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essência é primordial; com efeito, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985, III, 2, p. 271); mais ainda: “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (MARX, 1982, p. 158). Por isto mesmo, para Marx, não cabe ao cientista “olhar”, “mirar” o seu objeto – o “olhar” é muito próprio dos pós-modernos, cuja epistemologia “suspeita da distinção entre aparência e realidade” (SANTOS, 1995, p. 331) (NETTO, 2011, p.5).

Assim, o exercício a qual este trabalho se propõe, configura-se na proposição de utilizar do pensamento crítico para analisar a realidade, para além de sua aparência. Ou seja, compreender os múltiplos determinantes que compõem a imagem da profissão a fim de capturar sua essência. Ortiz (2010) reforça que na sociabilidade burguesa, a aparência tende a se afirmar como realidade e que

a imagem e os valores burgueses tendem não apenas a serem dominantes, mas geralmente incorporados como universais a toda a humanidade, como se não houvesse nada antes ou depois, e, principalmente, como se fossem impermeáveis a determinados interesses históricos e de classe (ORTIZ, 2010, p.16).

Iremos nos ater neste momento, à elucidação a respeito dos múltiplos determinantes que permeiam a imagem social do Serviço Social, trazendo luz à nossa discussão. Ortiz (2010) enfatiza que a profissão responde tanto aos interesses do capital quanto do trabalho, assim como pontuou Iamamoto (2011),

a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em

tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.81).

Dessa forma, o assistente social é requisitado pela instituição empregadora a fim de intervir nas múltiplas expressões da “questão social”, como citado anteriormente.

A imagem socialmente construída acerca desse profissional é a de que, uma vez voltado para a intervenção cotidiana, próximo do usuário (...), será o assistente social um dos principais agentes profissionais responsáveis pela efetivação da mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento (ORTIZ, 2010, p.135)

Esta intervenção, na emergência da profissão, é requerida pela instituição empregadora na perspectiva de “desistoricizar as expressões da ‘questão social’” (ORTIZ, 2010, p.135), alinhada a uma atuação do assistente social junto ao usuário, que surge de uma demanda que nem sempre é dele, pode resultar numa prática que a princípio não é legitimada por este, como citado anteriormente. A profissão em seu desenvolvimento, é marcada por essas tendências, as quais, influenciam a imagem socialmente construída do assistente social. Além disso, “os trabalhadores tinham (e ainda é possível perceber tal visão hoje) dos profissionais uma imagem também negativa, pautada na coerção, no intrometimento de suas vidas (...)” (ORTIZ, 2010, p.136).

Outra atribuição esperada pela instituição empregadora para os assistentes sociais, que influencia diretamente a imagem socialmente construída da profissão é a “função socioeducativa”. De acordo com Ortiz (2010), esta tem como característica invalidar o modo de vida dos usuários. A autora aponta a “distribuição de auxílios”, que possui um traço muito forte no sentido de adaptar o usuário à lógica e aos limites institucionais. Dessa forma, “a imagem que até hoje muitos empregadores têm do assistente social continua sendo a mesma - quer seja, a “moça boazinha”, a “face humana” do hospital, da previdência, da empresa, de fala mansa, que possui uma “escuta qualificada” e que coage sem demonstrar” (ORTIZ, 2010, p.139).

É interessante apontar qual era o perfil das primeiras assistentes sociais brasileiras, da década de 1930. Para Iamamoto e Carvalho (2011), “a prática do apostolado social passava pela reificação de uma série de qualidades naturais do comportamento feminino existente nas representações daqueles setores de classes” (IAMAMOTO; CARVALHO. 2011, p.233). Ou

seja, as primeiras assistentes sociais deveriam estar envoltas de um humanismo cristão, que lhe proporcionaria as qualidades necessárias a atuação profissional.

Desde a fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigências para a matrícula “ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão de curso secundário; apresentação de referência de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.234). Estes pré-requisitos impostos às primeiras assistentes sociais aparece também em relação a critérios ideológicos:

à boa saúde acrescenta-se a ausência de defeitos físicos; as condições do meio familiar e social deverão ser investigados, pois serão reveladoras das qualidades morais do pretendente. O relacionamento com personalidades de destaque - necessário à vida profissional (...). Até mesmo a forma autoritária e paternalista de que se reveste o comportamento das pioneiras reaparece (...): seria necessário também uma vontade firme, perseverante, que sabe ser condescendente sem transigir com o que é essencial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.234).

Tais critérios e imposições postas às assistentes sociais, traduz-se em uma “seleção e preparação de uma pequena elite virtuosa, escolhida em meio à boa sociedade, e que vê por missão redimir os elementos decaídos do quadro social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.235).

Tal imagem é reforçada pela forte herança conservadora presente no Brasil, que acaba reproduzindo o ideário missionário e vocacional da profissão, além de associá-la a uma perspectiva educativa, moralizadora e disciplinadora. Em síntese, o Serviço Social é requisitado pelo seu empregador a “esvaziar o conteúdo político e econômico das expressões da ‘questão social’ para reenquadrá-las ou minimizá-las” (ORTIZ, 2010, p.140) - influenciando diretamente a imagem da profissão.

A autora frisa ainda que foi o aumento da demanda por assistentes sociais, a partir da refuncionalização do Estado brasileiro no capitalismo monopolista, elemento catalisador no que tange ao enfrentamento das sequelas da “questão social”, onde se alargou as bases de recrutamento da profissão, que deixa de ser privilégio das classes dominantes e insere-se na divisão social e técnica do trabalho em sua condição de assalariamento.

Dessa forma,

partilhando das mesmas condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, fragilizados e descontentes com os limites da prática profissional e partícipes de um novo contexto sócio-histórico - os anos 60 -, estão os assistentes sociais diante das condições materiais e espirituais para a construção de uma nova imagem social para a profissão (ORTIZ, 2010, p.152).

Este enfrentamento das expressões da “questão social” através do Estado burguês vincula-se ao conteúdo da atuação do assistente social, influenciando em “sua histórica dificuldade de se identificar como partícipe da classe trabalhadora” (ORTIZ, 2010, p.146). Outra característica presente na imagem social da profissão refere-se a “ideologia do favor”, a qual reforça que o assistente social deve, acima de tudo, possuir boa vontade.

A adoção do projeto institucional por parte dos assistentes sociais e a subestimação do papel do empregador, por um lado, tende a revalidar uma postura messiânica e voluntarista do profissional. Por outro lado, pode corroborar com a perspectiva fatalista de que nada adianta.

Além disso, que a política social no marco do Estado burguês é tida, por um lado, a partir de um ponto de vista técnico-burocrático, e por outro, como favor. Tal questão rebate às tendências recorrentes aos profissionais, no que refere-se à despolitização da intervenção profissional, ou seja, o assistente social nesse caso, não se percebe enquanto pertencente à classe trabalhadora, “ele é alguém que operacionaliza alguns procedimentos capazes de materializar o serviço, para o qual a dimensão política de sua ação, bem como o caráter de classe, pouco importa” (ORTIZ, 2010, p.147).

Neste processo de decomposição da imagem social da profissão, é nítida uma outra tendência, que diz respeito à “ausência de especificidade”, onde não se sabe o que o assistente social faz. Tal característica rebate, “por um lado, na submissão do profissional e sua acrítica subserviência aos objetivos institucionais; por outro, na relação ‘tensa e envergonhada’ com os demais profissionais, obrigando-o a repetir a todo o momento o que é ou não sua função” (ORTIZ, 2010, p.148). Além disso, essa “ausência de especificidade” gera em parte dos assistentes sociais uma dificuldade de elucidar objetivamente em que consiste a profissão, “ou seja, quando questionado sobre o que é o Serviço Social, verifica-se geralmente entre os assistentes sociais a tendência de se indicar o que se faz.” (ORTIZ, 2010, p.149). A autora em seguida faz uma pontuação muito relevante em nossa análise que consiste em compreender a relevância da teoria para a profissão. Dessa forma, ela afirma: “sem saber ao certo o que é a profissão, como identificar a necessidade da teoria para a condução da prática profissional?” (ORTIZ, 2010, p.149). Ou seja, a teoria aparece como algo secundário, fazendo aparecer também a dificuldade em se conceber a relação teoria/prática como inelimináveis. Há que se enfatizar também, a influência do pragmatismo e da teoria reduzida a um método de intervenção.

assim, o caráter imediatista da ação profissional e sua inserção no cotidiano, engendram na autoimagem do profissional a falsa ideia de que o conhecimento teórico pouco adianta para sua atuação, reproduzindo a perspectiva do empregador que, afinal de contas, não o contratou para pensar, mas agir. Para o empregador, o conhecimento de que o profissional precisa acionar é aquele capaz de conferir respostas imediatas a problemas de aparência também imediatos (ORTIZ, 2010, p.150).

Para Guerra (2013), O Serviço Social é chamado a responder demandas no que tange aos conflitos individuais e adequação de comportamentos anômicos no solo ontológico do cotidiano - que é um espaço de realização da reprodução das individualidades e da sociabilidade. Este, se refere sempre ao imediato e à unidade de pensamento e ação. Na imediaticidade do cotidiano pressupõe-se uma apropriação da realidade carente de mediações, onde não se questiona a gênese e os fundamentos desta.

Dessa forma,

essas manifestações apontam para uma não compreensão de teoria e prática que rebatem na não compreensão de prática profissional. A ausência de entendimento sobre prática profissional aparece, muitas vezes, associando-se a prática profissional com práxis social e práxis revolucionária, assim como a reduzindo à aplicação de instrumentos e técnicas (SANTOS, 2011, p.14)

Santos (2011) afirma ainda que o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir da década de 1980, referencia a importância de se trabalhar sobre a unidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como uma forma de superar a dicotomia teoria/prática.

A década de 1980 foi solo fértil na definição de novos rumos para o Serviço Social e o projeto de profissão. As diretrizes desse projeto constituem-se pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993, na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social e na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Esse projeto, para Iamamoto (2009), é fruto de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmando o protagonismo dos sujeitos sociais frente à luta pela democratização da sociedade brasileira, proporcionando também a reorientação da profissão nos anos 1980. Além disso, o crescimento da produção de conhecimento é resultante dessa década, proporcionando também o amadurecimento dos órgãos de representação da profissão, contribuindo com o debate acerca da identidade profissional e o auto-reconhecimento do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009).

Assim, Iamamoto (2009), concebe o trajeto do Serviço Social atual como uma relação de continuidade e ruptura frente a impasses que devem ser superados pela profissão, dentre eles, no que se refere ao “famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana” (IAMAMOTO, 2009, p.52). Dessa forma, o cultivo do trato teórico-metodológico rigoroso é ineliminável aos desafios postos pela profissão.

A partir dos anos 1970, são observadas “mudanças no mundo do trabalho, na esfera do Estado e no campo da cultura, no intuito de sugerir os novos desafios a serem considerados na formação profissional do assistente social” (IAMAMOTO, 2009, p.174). Ou seja, se a expansão dos direitos eram parte da sustentação do padrão de acumulação capitalista, hoje, por outro lado, o resultado, no âmbito das políticas sociais têm sido “a destruição e a desorganização das instituições e serviços públicos, fruto do direcionamento do fundo público para o financiamento do capital” (IAMAMOTO, 2009, p. 181). Dessa forma,

o discurso neoliberal cai como uma luva na tradição política brasileira, reatualizando, com os preceitos de privatização do Estado, nossa tradição autoritária excludente, expressa no que qualifica de “autoritarismo social”: uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais são regidas ora pela cumplicidade - quando os sujeitos se reconhecem como iguais - ora pelo mando e obediência, no lugar da igualdade dos direitos, da igualdade jurídica dos cidadãos. (...) O discurso neoliberal tem, pois, a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que é mais atrasado na sociedade brasileira - e daí seu caráter claramente conservador e antidemocrático: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a dimensão ética da vida social pela recusa da responsabilidade e obrigação social (IAMAMOTO, 2009, p.181).

O avanço neoliberal, indica um redimensionamento do perfil do assistente social, no que se refere a transformação de atividades que foram historicamente atribuídas a esse profissional, como o incentivo a inserção em equipes interdisciplinares, a formulação de políticas públicas, o trato com o mundo da informática, as quais revelam as dificuldades de se apreender as alterações históricas que os processos sociais vêm gerando no campo profissional (IAMAMOTO, 2009).

O debate profissional dos anos 1980, dessa forma, percebeu a necessidade de direcionar a formação profissional para a “criação de um perfil profissional dotado de uma competência teórico-crítica” (IAMAMOTO, 2009, p.185). Assim, a ênfase em uma teoria social crítica, desveladora a respeito da “questão social”, que é complementar a uma competência técnico-política, faz emergir um perfil profissional comprometido com valores ético-humanistas e com a construção de uma nova cidadania coletiva. Dessa forma, o

pluralismo presente na profissão, proporcionou aos assistentes sociais a compreensão da perspectiva teórico-metodológica marxiana.

À vista disso, o movimento de reconceituação na América Latina, representa o processo de revisão crítica do Serviço Social no continente, através da aproximação à tradição marxista, a qual proporcionou o questionamento dos fundamentos, das raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e do modus operandi da profissão (IAMAMOTO, 2009). Ou seja, a criação de um projeto profissional atento às especificidades latino-americanas, contrapondo-se ao tradicionalismo, estava em voga.

a descoberta do marxismo pelo Serviço Social latino-americano contribui decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional (...). Supõe uma consciência teórica capaz de possibilitar a explicação do processo social e o desvelamento das possibilidades de ação nele contidas (...). Exige, para a sua construção, uma interlocução crítica com o conhecimento científico acumulado (IAMAMOTO, 2009, p.210-211).

A princípio, é necessário pontuar que a aproximação se deu a “marxismos” sem Marx, observando-se traços ecléticos que possibilitaram a invasão do positivismo no discurso marxista do Serviço Social - tais características, para Iamamoto (2009), marcam as formas iniciais de aproximação ao marxismo pelo Serviço Social latino-americano.

Esse panorama contribui para que, no Brasil, (...), o embate com o Serviço Social tradicional se revertesse em uma modernização da profissão que se atualiza a sua herança conservadora (...). Tais mudanças se traduzem em uma tecnificação pragmatista do Serviço Social (...). Suas construções teóricas são tomadas do estrutural funcionalismo e do discurso do positivismo (IAMAMOTO, 2009, p. 215).

Para Iamamoto (2009), esse descompasso na história do Serviço Social brasileiro, no solo da autocracia burguesa, sob a ditadura civil militar, fez com que na década de 1980, a profissão se reencontrasse com as inquietudes do movimento de reconceituação, renovando a construção de um novo Serviço Social.

Construindo a noção de prática social ou ‘práxis’, carregada de historicidade, a análise marxiana não apenas ladeia ou rejeita as antonomias filosóficas do materialismo e do idealismo, mas enfrenta-as criticamente ultrapassando-as, dialética e historicamente: pensamento e realidade, liberdade e determinismo, sujeito e objeto (IAMAMOTO, 2009, p. 225).

Essa metamorfose e amadurecimento do Serviço Social brasileiro e seu consequente rompimento com a tradição da profissão relaciona-se ao processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro. Ortiz (2010) enfatiza que a partir dos anos 60, a

conexão entre a imagem socialmente vigente a autoimagem dos seus agentes começa a se abalar e distanciar-se. Isso ocorre como consequência do movimento de Reconceituação, citado anteriormente e à transição democrática nos anos 1980.

A autora indica a existência de uma tensão em curso no que se refere a imagem do Serviço Social em que, a construção de uma nova autoimagem profissional e uma metamorfose da imagem da profissão, promove o distanciamento entre autoimagem e imagem social. Tal tensão não aparecia, por exemplo entre as pioneiras do Serviço Social, já que imagem social e autoimagem andavam lado a lado (ORTIZ, 2010).

Há, na verdade, uma tensão entre os traços tradicionais, que conformaram historicamente a imagem da profissão desde sua emergência na divisão social e técnica do trabalho; e outros, novos, emergentes do salto qualitativo experimentado pelo Serviço Social nas últimas décadas, os quais convivem dialeticamente (ORTIZ, 2010, p.155).

Assim, como citado anteriormente, o avanço do neoliberalismo e o corte orçamentário em políticas públicas, nos anos 90, ainda que em cenário adverso, proporcionou ao Serviço Social, aprimorar a tendência de ruptura ao Serviço Social tradicional, configurando um projeto profissional alinhado a um projeto societário. Ortiz (2010), enfatiza ainda o efetivo reconhecimento da teoria social crítica presente nos documentos que norteiam o projeto da profissão, em que “uma nova concepção e autorrepresentação da profissão, sobretudo a partir do conjunto de competências e atribuições privativas” (ORTIZ, 2010, p. 198).

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p.4).

Ortiz (2010), afirma ainda que está em curso a construção de uma nova imagem para a profissão, e que “apesar dos desafios que se põem diante do projeto profissional em vigor, é incontestável que ele coroa o processo de constituição de uma nova autoimagem profissional” (ORTIZ, 2010, p.204). Assim, a autora questiona de que constitui essa imagem, respondendo em seguida, que esta é composta pela imagem historicamente consolidada e da autoimagem profissional, reforçando ainda, que hoje, ocorre a vinculação direta da imagem profissional àquele que defende direitos.

entre os usuários e o público em geral, a mesma tensão tende a aparecer, pois, se por um lado, esta profissão também é reconhecida como aquela que defende direitos;

por outro, ainda se conserva, entre muitos, a perspectiva de que o profissional e a profissão são vistos como “coisa de mulher”, com um perfil voltado para a ajuda, e cuja subalternidade em face das demais profissões, lhe impede de intervir efetivamente sobre as demandas que lhe chegam (ORTIZ, 2010, p. 204).

Vasconcelos (2015), chama a atenção para outros projetos/alternativas do Serviço Social brasileiro - que são linhas de desenvolvimento que referenciam os assistentes sociais. A autora aponta que o projeto que se orienta pela tradição marxista é o único que enfrenta práticas conservadoras à luz de um exercício profissional anticapitalista.

esses projetos, frequentemente, vêm sendo tomados como referência de forma eclética(...). É o que acontece quando o assistente social afirma defender o projeto ético-político do Serviço Social e recorre a autores clássicos/conservadores, para referenciar o cotidiano profissional, quando se torna não só possível, mas necessária a afirmação: na prática, a teoria é outra (VASCONCELOS, 2015, p.294)

A autora aponta alguns projetos que os assistentes sociais podem adotar. O primeiro deles, é o projeto com influência da tradição marxista. Este, nasce na denúncia do conservadorismo a partir do movimento de reconceituação, como afirmamos anteriormente, entre a década 1970 e 1980, e tem como elementos basilares o Código de Ética do assistente Social, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Lei que regulamenta a profissão. Este projeto é revolucionário e anticapitalista e tem como rumo a emancipação humana. Além disso, este projeto exige dos assistentes sociais o desenvolvimento de uma atitude investigativa e alinhada a movimentos e lutas sociais (VASCONCELOS, 2015).

Vasconcelos (2015) aponta também o projeto de “cariz tecnocrático”, o qual é alimentado pelo neoliberalismo e teorias sistêmico-organizacionais. Dessa forma, a ênfase nas noções de vulnerabilidade e risco social permeia o exercício profissional com princípios como empoderamento, capital humano, exclusão social etc. São noções com embasamento em teorias pós-modernas, que recusam a totalidade refletindo propostas neoliberais. Assim, a intervenção profissional orientada por este projeto, provoca a “individualização das diferentes expressões da questão social, a criminalização e/ou cooptação de indivíduos, movimentos e organismos de representação dos trabalhadores” (VASCONCELOS, 2015, p.301).

É interessante apontar ainda que “a definição de grande parte dos assistentes sociais por algum projeto profissional não se dá por escolha consciente, mas pela necessidade de, em algumas circunstâncias, se definir por alguma direção” (VASCONCELOS, 2015, p.303). A autora afirma ainda que o projeto de “cariz tecnocrático” tem influenciado o cotidiano dos

assistentes sociais, que sem a teoria necessária para apreensão da realidade, acabam por adotar este projeto, resultando em uma prática conservadora.

Outro projeto que Vasconcelos (2015) indica é o projeto assentado numa “vertente neoconservadora”. Este é alimentado pela teoria pós-moderna e têm como características ações focais e as chamadas “parcerias”. Assistente sociais que incorporam esse projeto, partem de uma crítica ao marxismo, com a justificativa de que este não consegue dar respostas às particularidades dos indivíduos. Além disso, se expressa através da assimilação acrítica da utilização de “terapias comunitárias”, por exemplo. São profissionais que estão psicologizando sua atuação em práticas que buscam maquiagem as múltiplas expressões da “questão social” (VASCONCELOS, 2015).

Já o projeto que constitui uma “vertente aparentemente radical”, ainda que tomando princípios do Código de Ética, os concebem de forma fragmentada. Isto é, a desqualificação da pesquisa rigorosa, o anticapitalismo romântico, apelo a valores como solidariedade, respeito e relativismo são características deste projeto. Ou seja, os assistentes sociais que priorizam este projeto, combinam diversos fatores aparentemente radicais, considerado em segundo plano a luta de classes (VASCONCELOS, 2015).

só uma fina análise teórico-crítica da formação, da produção de conhecimento e da prática dos assistentes sociais (individual e coletiva) pode dar visibilidade ao “confronto teórico-profissional substantivo” entre o projeto profissional e os demais projetos em questão. Uma análise onde, o central não está nas representações (...), mas na razão mediada pelo método da teoria social (VASCONCELOS, 2015, p.319).

Vasconcelos (2015) enfatiza ainda que assistentes sociais que fazem a escolha de outros projetos estão realizando uma análise da sociedade na qual a categoria fundante é a subjetividade, e não o trabalho. Assim, essa conjuntura, favorece o conservadorismo e ainda que majoritariamente os assistentes sociais reivindicam o projeto ético-político do Serviço Social, existe, por outro lado, uma rejeição ao marxismo, o que nos faz refletir qual projeto se defende (VASCONCELOS, 2015). Dito isto, iremos agora nos aproximar da perspectiva que os assistentes sociais da região na qual a Universidade Federal de Ouro Preto se insere, contextualizando, em primeiro lugar, as particularidades da região para posteriormente, capturar possíveis tendências na prática desses profissionais.

CAPÍTULO 2: APROXIMAÇÃO AO PROBLEMA DA PESQUISA: O QUE OS ASSISTENTES SOCIAIS DA REGIÃO DA UFOP COMPREENDEM DA PROFISSÃO?

2.1. Curso de Serviço Social da UFOP: particularidades do território

Nunca me esquecerei desse acontecimento

Nunca me esquecerei do atual momento político que estamos vivenciando no Brasil.

Perder direitos! Regressão!

A morte que tomou o lugar da vida.

Vi meu irmão morto, meu tio.

O desânimo tomou conta de mim e a minha alegria foi embora.

Eu perdi uma pessoa que eu amava, mas levantei a cabeça e superei tudo e segui em frente.

Me chamaram de fraquejada e ontem eu chorei.

Mas hoje, acordei e lutei.

Tudo que me falaram foi com intenção de destruir a minha personalidade.

Como fazer destas pedras a construção de um novo caminho?

Eu sinto muita falta da minha avó, avô, o pai da minha mãe, a mãe do meu pai,

Eu sinto muito por vocês.

Descansem em paz, amo vocês.

No fundo do coração eu sinto uma pedra no meu caminho

Quem disse que iria ser fácil?!

(Lavras de Versos Santo Antônio)⁵

⁵ O Projeto Lavras de Versos Santo Antônio é um dos projetos do Programa de Extensão Mineração do OuTro, do curso de Serviço Social da UFOP, o qual a pesquisadora em questão participou durante dois anos - num primeiro momento como bolsista extensionista, bem como como estagiária do CRAS num momento posterior. Este Projeto possui parceria com o CRAS Volante Bairros, sendo um dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e tem como público alvo adolescentes do bairro Santo Antônio, de Mariana, MG. O principal objetivo do Projeto é fazer do contato com a arte - aqui em especial, a poesia -, um espaço de reflexão acerca da vida cotidiana e incentivar a escrita dos adolescentes do Projeto. Esta poesia, foi escrita por estes, no final de 2018, coletivamente, após a leitura e debate da poesia “No meio do Caminho”, de Carlos Drummond de Andrade, referência para o Programa de Extensão. A escolha desta poesia para a epígrafe deste item se deu, em primeiro lugar, para reforçar a importância da extensão universitária. Em segundo lugar, pois neste item, iremos refletir acerca da história de Mariana, e o Bairro Santo Antônio, segundo a população local, foi o primeiro bairro do município e possui ruínas dos tempos de Brasil Colônia. Além disso, um dos objetivos do Projeto é discutir acerca da Mineração em Mariana, outro ponto que será discutido neste trabalho.

A segunda parte deste trabalho, objetiva elucidar qual a compreensão que os assistentes sociais que atuam na região da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP- têm da profissão. Para isso, é necessário compreender as particularidades deste território - desde a sua gênese até a importância e papel da Universidade na região - para num segundo momento, nos aprofundarmos na análise da imagem socialmente construída e autoimagem do Serviço Social.

O território no qual a UFOP se insere, possuem 64 assistentes sociais supervisores de estágio de alunos da Universidade. A área de atuação destes são: APAE, Bolsa Família, CAPS, Cáritas, Casa Lar, Centro de Convivência, Centro POP, CRAS, CREAS, Habitação, Hospitais, IFMG, Institutos, NACE, Obras Sociais, Plantão Social, Secretaria de Assistência, TJ, dentre outros. Percebe-se que a maior empregador é o Estado, sendo minoria os/as assistentes sociais que trabalham na iniciativa privada ou ONGs.

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criada no dia 21 de agosto de 1969, com a junção das centenárias e tradicionais Escola de Farmácia e Escola de Minas. Ao longo dos anos, cresceu e ampliou seu espaço físico, ganhando novos cursos, professores e colaboradores. (...) A Escola de Farmácia foi criada em 1839. Construída na antiga sede da Assembleia Provincial, local onde foi jurada a 1ª Constituição Republicana de Minas Gerais, a Escola foi a primeira faculdade do Estado e é a mais antiga da América Latina na área farmacêutica. (...) No ano de 1876, o cientista Claude Henri Gorceix fundou a Escola de Minas, primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia. A UFOP busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de 300 anos. (UFOP)

Segundo Canuto (2019), a expansão das universidades federais durante os governos civis-militares buscavam uma reestruturação no Brasil, convertendo a educação em negócios em conjunto com iniciativas privadas. Ainda assim, enfatiza-se o peso cultural e educacional da Universidade na região, visto que a tradição é característica basilar desta.

Se a Reforma Universitária de 1968 serviu ao Estado burguês-militar, na década de 1990 a educação superior assume caráter não exclusivo do Estado, pela contrarreforma do Estado do Governo FHC, ao mesmo tempo em que o foco das políticas sociais passa a ser a pobreza. Nos Governos Lula, (...) o que caracteriza este período é uma nova fase do neoliberalismo que visava garantir a governabilidade articulando-se com novas e velhas classes dominantes – o capital financeiro e ruralista envolvido com o agronegócio – na direção do social-liberalismo (CARRARA, p.4, 2017).

O curso de Serviço Social da UFOP, localiza-se no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), em Mariana, Minas Gerais (MG), fruto do Plano de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais (REUNI) e iniciou-se no primeiro semestre de 2009. De acordo com Canuto (2019), o REUNI compõe a agenda de mercantilização da universidade brasileira, já que

vem como forma de intensificar a lógica do capital, por exemplo: diminuição dos trabalhadores efetivos aos contratados no sentido de desregular o trabalho; a pouca autonomia desses trabalhadores e a submissão, exploração imposta a eles, que são aceitas devido ao risco do desemprego; também a crescente substituição da força de trabalho humana por máquinas e a obrigação para um trabalho e vida social na linha produtivista. São características conjunturais a favor da lógica capitalista e isso se incluiu na esfera do trabalho docente, aprendizado precário dos alunos, principalmente em um país dependente como o Brasil (CANUTO, 2019, p.32)

Antes do curso de Serviço Social da UFOP se instalar, haviam apenas três assistentes sociais no município de Mariana - que ocupavam cargos na prefeitura, APAE e judiciário. É importante ressaltar os desafios da implementação do curso de Serviço Social da UFOP, uma vez que esta se insere em uma Universidade com tradição nas áreas das ciências exatas e da saúde (CARRARA, 2017), num cenário de precarização da educação superior pública em que a expansão da Universidade não acompanha a expansão do financiamento da educação. O curso é o único de formação pública na região central do estado de Minas Gerais, se inserindo em um território no qual

A formação sócio histórica, a cultura político-econômica da região ergueu-se sobre as estruturas colonial e escravocrata, e marcaram o desenvolvimento socioeconômico da região, reiterando e aprofundando o patrimonialismo e o clientelismo no trato da *res pública*. A arrecadação das receitas do município de Mariana e região se mantém dependente da mineração, sem que se reverbera na população local a socialização da riqueza produzida pelos trabalhadores. De africanos escravizados a trabalhar nas minas, aos atuais trabalhadores, ainda são mantidos os grilhões do capitalismo dependente com a ‘superexploração da força de trabalho’ (MARINI, 2005), que marcam todo o continente Latino Americano (CARRARA et al. 2019, p.2).

Dessa forma, Behring e Boschetti (2009) explicitam o impacto da colonização no Brasil, já que este processo entre os séculos XVI e XIX serviu à acumulação originária de capital⁶ nos países centrais, não se alterando essa lógica entre o período imperial e república – de dependência e subordinação, ou seja, uma economia “para fora”. As autoras frisam ainda a respeito do peso do escravismo na sociedade brasileira. Além disso, em função de nossa via não clássica desse processo de transição para o capitalismo, o que se tem no Brasil é um

⁶ A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2011, p. 998).

desenvolvimento desigual e combinado, conservando elementos da antiga ordem. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica (MARINI, 2005, p.12).

O Brasil tem como papel central no cenário mundial exportar matéria-prima, manufatura e capital na forma monetária (NETTO; BRAZ, 2012, p. 247) – já que 45,11% do PIB são destinados a juros e amortizações da dívida, segundo site da Auditoria Cidadã da Dívida. Ou seja, o Brasil e a América Latina em geral tem essa particularidade da superexploração da força de trabalho e da produção destinada ao mercado externo. Essa troca desigual, para Marini (2005), tem como efeito “à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação — o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente”(MARINI, 2005, p.13).

No século XIV, “a administração portuguesa reduzia o funcionário colonial à dimensão de mera sombra. Por detrás das câmaras, das nomeações locais, do comércio, divisava-se a presença do Estado, o grande empreendedor da aventura ultramarina”. (SOUZA, 1986, p.92). Dessa forma, é evidente o papel em que o Brasil ocupou e ainda ocupa no que se refere à economia mundial, desde a colonização, rebatendo à realidade de Mariana e Ouro Preto e, conseqüentemente, à atuação do Serviço Social nesta região.

O município de Mariana, o qual parte das/os assistentes sociais entrevistadas/os atuam, foi fundado em 16 de julho de 1696, sendo a primeira vila – posteriormente capital, de Minas Gerais. No século XVII, foi uma das maiores cidades produtoras de ouro para o Império Português.

Primeira capital, primeira vila, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais. A história de Mariana, que tem como cenário um período de descobertas, religiosidade, projeção artística e busca pelo ouro, é marcada também pelo pioneirismo de uma região que há três séculos guarda riquezas que nos remetem ao tempo do Brasil Colônia. (...) A extração do minério de ferro é a principal atividade industrial do município, forte geradora de empregos e receita pública. Seus distritos desenvolvem atividades agropecuárias e apresentam artesanato variado, expressando a diversidade cultural de Minas Gerais. Tudo isso faz da “primeira de Minas” um dos municípios mais importantes do Circuito do Ouro e parte integrante da Trilha dos Inconfidentes e do Circuito Estrada Real. Uma cidade tombada em 1945 como Monumento Nacional e repleta de riquezas do

período em que começou a ser traçada a história de Minas Gerais (PREFEITURA DE MARIANA).

De acordo com o IBGE, a população do município no último censo, de 2010, é de 54.219 habitantes. Em 2017, o PIB per capita (que segundo o IBGE, consiste na divisão do PIB pelo número de habitantes), era R\$ 35.859,82. Além disso, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que leva em consideração a renda, educação e saúde do município é considerado alto, de pontuação 0,742, ocupando a 719ª posição no cenário nacional. No entanto, o salário médio mensal entre a população era de 2.3 salários mínimos, sendo que a proporção da população ocupada era de 26,1%. Além disso, 36,7% da população possui rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo.

É necessário então, refletir acerca das reais condições da população marianense, visto que, Mariana comporta a 27ª economia do estado de Minas Gerais, sendo a primeira economia da microrregião ao mesmo tempo que apenas 78% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado e somente 34,5% das residências urbanas estão em vias públicas com urbanização adequada - com a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. No que se refere à educação na cidade, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98%, ocupando a colocação 338ª entre o 853 municípios do Estado, estando em terceiro lugar dentre os quatro municípios da microrregião. Além disso, a taxa de mortalidade infantil é de 13.21 para 1.000 nascidos vivos e está em 357ª lugar dentre os municípios do Estado e em terceiro entre os quatro municípios da região. Dessa forma, percebe-se uma contradição acerca da distribuição de renda, condições de moradia, educação e saúde dos habitantes em relação ao PIB per capita do município, tornando-se ineliminável para a análise, refletir sobre quem se apropria da riqueza que se produz em Mariana. Ou seja, as múltiplas expressões da questão social aparecem muito latentes, evidenciando a contradição entre o capital e o trabalho e fazendo aparecer campos de intervenção de assistentes sociais.

No que se refere a receita do município, é interessante avaliarmos a tabela seguinte a fim de pensarmos no papel da mineração em Mariana.

Tabela 1:

FONTE	RECEITA EM VALORES BRUTOS (R\$)				
	2013	2014	2015	2016	2017
ICMS	305.717.206,80	260.122.162,63	101.754.135,73	28.844.564,76	29.583.344,22
CFEM	195.069.791,18	106.001.835,01	104.341.384,03	76.286.723,90	38.891.595,84
%CFEM	2,41%	1,95%	2,05%	2,72%	1,80%
FPM	23.605.243,46	25.459.067,62	27.002.385,17	29.283.356,19	19.874.432,69
FUNDEB	- 37.155.101,04	- 37.581.569,40	- 33.506.615,70	- 32.579.592,83	- 18.070.147,58
IPVA	4.262.655,54	4.925.102,52	5.701.636,52	6.262.532,22	6.214.932,62
ITR	971.794,13	3.721.105,32	736.613,82	676.547,19	601.822,25
ITBI	1.225.753,65	285.237,12	597.435,31	164.033,36	190.299,45
IPTU	1.526.364,68	1.944.274,28	1.849.133,39	2.044.834,92	1.861.909,72
ISS	23.910.522,43	25.901.675,28	21.041.975,12	23.872.998,68	19.436.534,15
Outras receitas	74.683.687,51	95.185.967,70	21.121.648,81	25.021.532,99	40.907.493,21
TOTAL	593.817.918,36	485.964.858,10	250.639.732,22	159.877.531,41	139.492.216,59

Fonte: BARBOSA (2018)

Não nos aprofundaremos em todos os componentes da receita do município, devido às limitações deste trabalho, no entanto dois deles interessam a nossa análise. O primeiro é o CFEM, o qual consiste na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais e segundo o Instituto Minere⁷, incide sobre o faturamento líquido advindo da exploração de recursos minerais, sendo que 65% deste recurso é destinado ao município em que ocorre a extração. O segundo deles é o ICMS, que é o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços, segundo o Ministério da Fazenda⁸. Ambos impactaram diretamente a arrecadação de Mariana, principalmente após 2015, ano no qual ocorreu o rompimento-crime⁹ da barragem do Fundão, de propriedade da Mineradora Samarco, em Mariana. Como diz o poeta Carlos Drummond de Andrade, no poema intitulado “Lira Itabirana”,

⁷ Disponível em: <https://institutominere.com.br/blog/o-que-e-cfem/>

⁸ Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>

⁹ “Segundo Xavier e Vieira (2016) ‘o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em 05/11/2015 possui todos os elementos necessários ao enquadramento como crime. Falta apenas que o judiciário faça ecoar o som de seu martelo indicando aquelas e aqueles que não estão amparados pelas excludentes de culpabilidade e ilicitude mencionadas’. Assim como as autoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens, dentre outros sujeitos coletivos, assume o entendimento de que o rompimento da Barragem de Fundão enquadra-se como crime. Também assumimos tal postura, uma vez que está alinhada à posição política e à luta dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão” (BERTOLLO, 2017, p. 196).

I

O Rio? É doce.

A Vale? Amarga.

Ai, antes fosse

Mais leve a carga.

II

Entre estatais

E multinacionais,

Quantos ais!

III

A dívida interna.

A dívida externa

A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?

(DRUMMOND)

A Lira Itabirana, poderia ser intitulada “Lira Marianense”. Segundo site do IBAMA, foi o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, com o lançamento de 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente. A onda de rejeitos, segundo o Instituto, soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues e deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d’água e causou a morte de dezenove pessoas. Como foi citada anteriormente, a economia regional é marcada pela mineração. Segundo a reportagem “Tragédia de Mariana ainda afeta economia da cidade”, do site da Exame, em novembro de 2017 a taxa de desemprego na cidade, que nunca havia ultrapassado os 6%, atingiu 23,5% da população. São nítidas as particularidades que o município apresenta desde novembro de 2015. Se a indústria e a mineração eram responsáveis por mais de 80,4 % do PIB da cidade, isso significa que após o rompimento-crime da barragem, a cidade passa por um momento crítico, o qual reflete

diretamente o investimento do município em políticas públicas e o alargamento da população usuária destas, consequentemente, rebate no cotidiano da/do assistente social e nas múltiplas expressões da questão social.

Considerando o exposto acima, pode-se afirmar que o lastro de destruição é incomensurável, uma vez que não foram destruídos somente bens materiais, mas a história, a cultura, a vida de um povoado, de 19 pessoas (14 trabalhadores da mineração e cinco moradores), a biodiversidade de três rios (Gualaxo do Norte, Do Carmo e Doce) atingindo o oceano após percorrer 663,2 km de cursos de água. (...) Tal rastro de destruição, principalmente em sua forma subjetiva não pode ser medido nem ressarcido materialmente. Está marcado em cada indivíduo que teve sua vida violentamente modificada, que teve sua vida dilacerada não apenas no momento do rompimento, mas cotidianamente. (BERTOLLO, 2017, p.197)

Dessa forma, o rompimento-crime, rebate no cotidiano das/dos assistentes sociais da região, uma vez que se ampliam as múltiplas expressões da questão social frente à constante violação de direitos. Ou seja, ocorre um alargamento da população usuária de políticas sociais - devido ao desemprego, citado anteriormente, por exemplo - na mesma medida em que a receita do município diminui pela sua metade. Assim, levando em consideração as especificidades as quais os assistentes sociais são chamados a intervir, de que maneira se forja a imagem socialmente construída e autoimagem da profissão na região?

2.2. Análise da coleta de dados: características da imagem da profissão

Nunca me esquecerei desse acontecimento

*O momento em que me foi roubada a liberdade
Do lado de cá da trincheira, estamos taciturnos.
De quando bateram na minha cara, me algemaram,
e me colocaram no camburão
O retrocesso, mas em avanço à guerra.
Juntei as pedras de Drummomd e construí minha
fortaleza.
É tempo de ódio...
Por mim, pelos meus, pelo povo.
É tempo de medo, choro e dor.
Mas também é tempo de esperança e união,
de força para lutar por nossas existências.*

Bolsistas Lavras de Versos Santo Antônio¹⁰

¹⁰ Esta poesia, foi construída durante a preparação da oficina do Projeto Lavras de Versos Santo Antônio, em que foi elaborada a poesia que consta na epígrafe do item 2.1. deste trabalho. Foi escrita coletivamente pelos bolsistas: Andreza Ataiades, Filipe Coelho, Izabella Rocha, Edvaldo Rocha, Lucas Aredes, Laura Leticia, após denso debate acerca dos cortes em políticas públicas e questionamentos que em muito se assemelham ao que os assistentes sociais vinculados ao Projeto de Extensão que participaram do questionário expõem em cada

O público alvo desta pesquisa, constituiu-se por assistentes sociais que participaram dos módulos dos meses de setembro, outubro e novembro de 2019 do curso de extensão do Projeto “A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico Operativo no PEP do Serviço Social”, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), vinculado ao Núcleo de Extensão e Estudo em Formação e Trabalho em Serviço Social (UFOP/CNPq). A extensão universitária tem como objetivo, expandir o conhecimento produzido e socializado na Universidade, para além de seus muros e é um dos tripés da educação superior pública de qualidade, que possui a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Ou seja,

Entendemos que a Universidade exerce papel fundamental e estratégico junto à comunidade como espaço de formação profissional e de socialização do conhecimento, que através da articulação das ações do ensino com a pesquisa e a extensão, na formação continuada dos Assistentes Sociais, deve priorizar ações que possam estreitar as relações entre academia e meio profissional (CARRARA. et al, 2019, p. 11).

Este projeto de extensão, o qual a pesquisadora em questão é bolsista desde seu início (setembro de 2018), e que foi espaço que contribuiu para alimentar as inquietações explícitas neste trabalho, tem como objetivo, a formação continuada dos assistentes sociais da região de inserção da UFOP. A Formação continuada é reconhecida pelo conjunto CFESS-CRESS como de extrema importância, conforme a Política de Educação Permanente, elaborada pelo conjunto em 2012, a qual reitera que

pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social (CFESS, 2012, p.9)

Por conseguinte, a escolha dos assistentes sociais participantes do Projeto de Extensão se deu na medida em que

busca-se com os sujeitos envolvidos refletir criticamente sobre a realidade de trabalho das/os Assistentes Sociais, no sentido de produzirmos conhecimento, propostas de trabalho, ações e intervenções que estejam articuladas com as

encontro. Esta poesia foi escrita em 29 de outubro de 2018, um dia após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais.

atribuições e competências sócio profissionais e ético-políticas fundamentadas pelo atual Projeto Ético-Político do Serviço Social (CARRARA et al., 2019, p.3).

Os assistentes sociais que participam do curso de extensão, ao longo de seu desenvolvimento trouxeram questões que dialogavam diretamente com o objeto de pesquisa deste neste trabalho. Isto é, no que se refere aos múltiplos determinantes da imagem socialmente construída e a apreensão da autoimagem do Serviço Social e do projeto ético-político da profissão por parte dos assistentes sociais frente ao avanço do neoliberalismo. Além disso, os principais eixos abordados por eles ao longo do curso de extensão, foram: “o desmonte das políticas sociais; a precarização das condições do trabalho profissional; a desmobilização da categoria e, por fim, discursos e práticas conservadoras” (CARRARA et al, 2019, p.6). Dessa forma, o questionário buscou a aproximação a respeito do que estas tendências citadas acima forjam na imagem do Serviço Social na região em que a Universidade se insere.

O questionário foi organizado de forma semi-estruturada e possui duas partes. A primeira delas, intitulada “identificação”, objetivou apreender a respeito da formação e área de atuação dos assistentes sociais que participaram da pesquisa. A segunda parte, nomeada “sobre a profissão”, por outro lado, buscou identificar a perspectiva que os assistentes sociais possuem da profissão e seu projeto ético-político.

A coleta de dados se deu nos módulos dos meses de setembro, outubro e novembro, como citado anteriormente. No mês de setembro, o questionário foi entregue a 6 assistentes sociais presentes no curso de extensão, no entanto somente 4 devolveram a pesquisa respondida. Já em outubro, foram entregues 10 questionários para os assistentes sociais e apenas a metade deles, ou seja, 5 entregaram ele com as respostas. No mês de novembro, por outro lado, foram entregues 15 questionários a diferentes assistentes sociais e 9 deles devolveram. Juntamente com o questionário, foram entregues dois Termos de Consentimento Livre Esclarecido, assinados pela pesquisadora em questão, sendo que um deles deveria ser entregue de volta assinado pelos assistentes sociais junto com o questionário. Dessa forma, dos 31 questionários entregues ao todo, foram possíveis receber 18 destes respondidos. Foram muitos os desafios deste processo, uma vez que, ao explicar que se tratava de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que buscou entender acerca da imagem da profissão e seu projeto ético-político, muitos assistentes sociais sentiam receio e uma certa

insegurança em responder, ainda que o sigilo fosse assegurado pela pesquisadora. Assim, muitos assistentes sociais optaram por não devolver o questionário, e dentre os que responderam, foram frequentes falas como “não sei se está certo”, “desconsidere se estiver alguma coisa errada” ou “não julgue se estiver alguma coisa errada”. Em alguns casos, os assistentes devolviam apenas o Termo de Consentimento assinado, sem o questionário respondido.

Como nesta pesquisa, apenas um dos assistentes sociais que participou é do sexo masculino, ou seja, 94,4% são mulheres, iremos nos referir neste trabalho às participantes sempre ao sexo feminino.

A primeira parte do questionário tem como objetivo identificar os espaços de formação e trabalho das profissionais. Dessa forma, a questão, “Em que ano você se formou?” (Gráfico 1) e em seguida, “Em qual instituição você se formou?” (Gráfico 2) objetivou conhecer a natureza da instituição das entrevistadas - pública, privada presencial ou privada na modalidade Ensino a Distância.

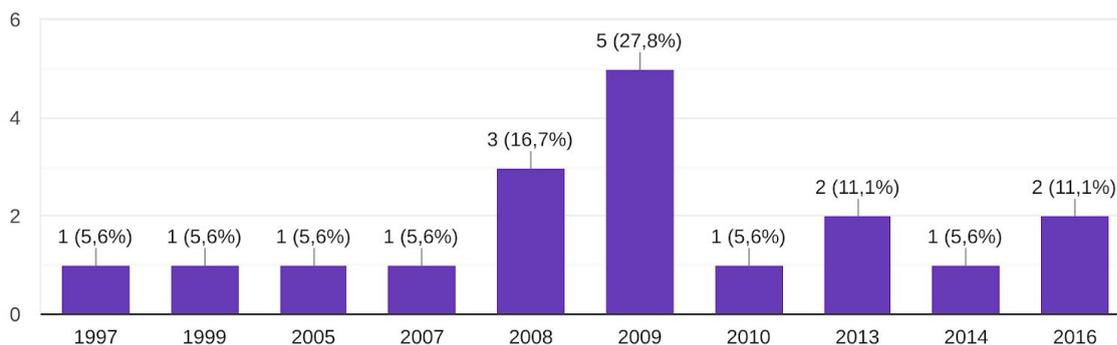
Das 18 respostas que tivemos, podemos perceber que a maioria das assistentes sociais se formaram a partir de 2008. Além disso, concluíram o curso a partir de 1997, ou seja, a formação destas, proporcionou aproximação ao projeto ético político da profissão, uma vez que já estava vigente a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares - os quais fundamentam o Projeto Ético-Político da profissão (Gráfico 1).

Isto significa mais especificamente a apreensão da metodologia como desdobramento do objeto na conjuntura, de forma crítica, no contexto, dando visibilidade às perspectivas dos sujeitos em confronto, para desenvolver as lutas (...). Assim, creio, poderemos superar o formalismo etapista, o empirismo do ensaio e erro, e o ecletismo das somas heterogêneas (FALEIROS, p. 30, 1989).

Gráfico 1:

1. Em que ano você se formou?

18 respostas

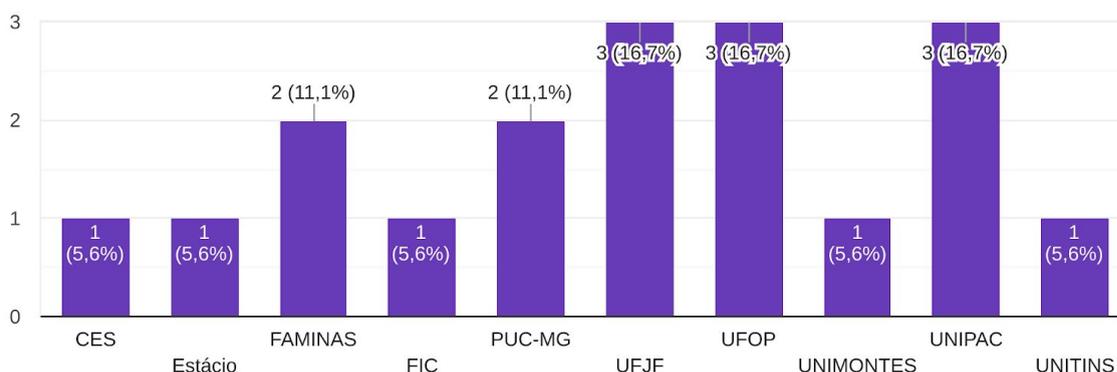


Majoritariamente, as assistentes sociais estudaram em Universidades privadas, isto é, 55,6% delas. Por outro lado, 44,4% estudaram em Universidades públicas, isto é: UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros) e UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins).

Gráfico 2:

2. Em qual instituição você se formou?

18 respostas



Pereira (2009), enfatiza que em 1995 entrou em voga um plano que definiu a educação como uma atuação não exclusiva do Estado, que aliada ao processo de ressignificação do conceito de público resulta na abertura de largos caminhos para o setor privado.

Assim, o ensino superior constitui-se como um veio extremamente lucrativo para o capital e, ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, através da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital (PEREIRA, 2009, p.271).

Buscou-se identificar o porquê da instituição escolhida - qualidade do ensino, proximidade, natureza, etc. 61,1% das respostas, ou seja, 11 assistentes sociais relataram terem escolhido a instituição devido à proximidade da cidade em que residia. Apenas 27,7% (5 assistentes sociais) escolheram a instituição pela sua qualidade. Além disso, somente 22,2% (4 assistentes sociais) levaram em consideração a escolha da Universidade por ela ser pública. Uma assistente social escolheu devido a bolsa do ProUni¹¹ e outra pela bolsa da própria instituição.

Para Mészáros, as determinações do capital afetam profundamente a educação e estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Ou seja,

em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos (...). Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas em segundo plano (MÉSZÁROS, 2008, p.44).

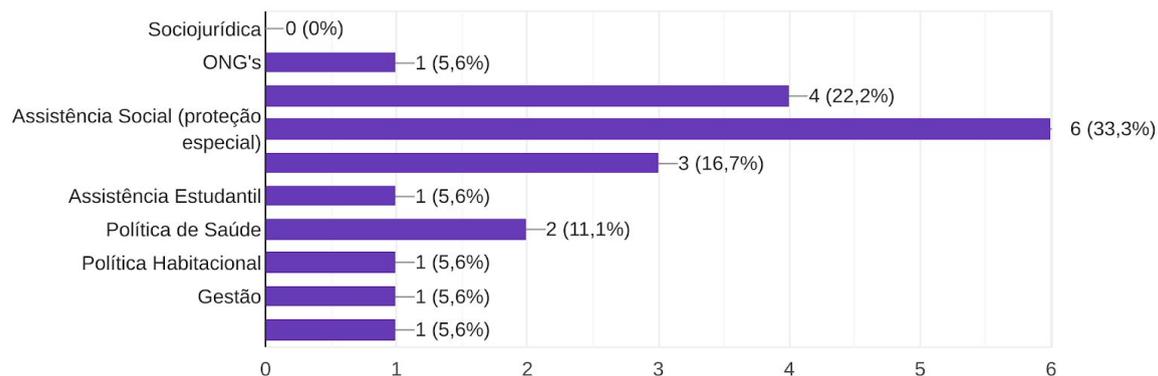
No que se refere à área de atuação das assistentes sociais, um pouco mais da metade, 55,5% atuam na política de Assistência Social, sendo que 33,3% destes trabalha na proteção especial e os outros 22,2% atuam na proteção básica. Duas assistentes sociais (11,1%) trabalham na política de saúde. Já a política Habitacional, Assistência Estudantil, ONG e Gestão, contabilizam um/a assistente social cada. Nenhuma das assistentes sociais relatou trabalhar na área sociojurídica (Gráfico 3).

¹¹ O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>)

Gráfico 3:

4. Em qual (is) área (s) você trabalha?

18 respostas



Dessa forma, o Estado segue sendo o maior empregador e a assistência social a área que mais emprega. Para Mota (2009), a Assistência Social, constitui-se num fetiche social, colocando-a numa relação direta com as desigualdades sociais, sendo um mecanismo determinado pela esfera da produção material e robustecido no plano superestrutural. Dessa forma, o verdadeiro estatuto da Assistência Social é ser um mecanismo de mediação com base na produção material, ou seja, mediar as contradições e as lutas de classe. Além disso, as classes dominantes invocam a política de Assistência Social como solução para combater a pobreza e nela imprime o selo de enfrentamento “moral da desigualdade” (MOTA, 2009).

Dessa forma, o estatuto atribuído a Assistência Social, no campo da aparência, faz com que esta seja vista para além de uma política de proteção social, tornando-se central como ideologia e prática. Consequentemente, o “mito social” se refere à impossibilidade de erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade através de uma política pública, levando em consideração a lei geral de acumulação capitalista – amplia-se a riqueza na mesma medida em que amplia-se a miséria, um contexto de gestão da barbárie (MASCARENHAS, 2016).

Após o rompimento-crime da Samarco, foi criada a Fundação Renova¹², que contratou assistentes sociais terceirizados para o município de Mariana, a fim de acompanhar os atingidos pelo crime - são contratos são extremamente frágeis e precários. Durante o curso de extensão,

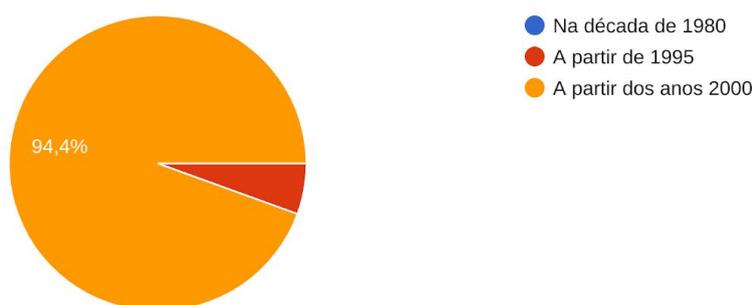
A precarização do trabalho profissional foi uma das questões mais apontadas pelas/os profissionais e isso tem se dado da seguinte forma nos últimos anos: sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde dos municípios; a descontinuidade da oferta dos serviços tem sido uma constante; a existência de vínculos de trabalho frágeis e diversificados (concursados, contratados, terceirizados, quarteirizados, etc.); há uma alta rotatividade nas equipes de trabalho; excesso de funções; sobrecarga de trabalho; adoecimento da equipe de trabalho; etc. (CARRARA et al, 2019, p.6)

Além disso, buscou-se entender quando o profissional começou a atuar na área, a fim de identificar o debate em voga no período em questão, já que as Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social data o ano de 1996 e a Lei de Regulamentação da Profissão (lei nº 8662/93), assim como o Código de Ética do/a Assistente Social datam o ano de 1993 (Gráfico 4).

Gráfico 4:

5. Quando você começou a atuar como assistente social?

18 respostas



Dessa forma, é possível analisar que majoritariamente, as assistentes sociais começaram a atuar a partir dos anos 2000, sendo que todas elas passaram a trabalhar quando já estava vigente o Projeto Ético-Político da Profissão.

¹² A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). (<https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>)

Em seguida, se perguntou: “Por que você escolheu Serviço Social”, a fim de entender a imagem socialmente construída que as assistentes sociais possuíam antes de ingressar na Universidade acerca da profissão e quais elementos os fizeram escolher o curso. As palavras “identificação” e “afinidade” foram as mais frequentes nas respostas, aparecendo em 38,8% destas. Além disso, em 27,7% das respostas, as assistentes sociais relataram terem escolhido o curso devido a inquietações em relação à desigualdade social, num sentido de “empatia” ao pobre. Metade destes 27,7%, afirmaram que durante a graduação perceberam que o Projeto Ético-Político caminha num sentido de alteração desta realidade e passaram a compreender o que realmente era a profissão. Uma delas, disse ter escolhido Serviço Social “pela vocação, pela causa”.

a afirmação do perfil profissional como elemento fundamental para a escolha pelo curso de Serviço Social, tende a reafirmar, embora em outras direções, a mesma necessidade sentida historicamente (...) para ingresso no curso de Serviço Social, a qual atravessa esta profissão desde suas protoformas, quer seja - o caráter vocacional, a perspectiva de que para ser assistente social tem que ter, acima de tudo, vocação (ORTIZ, 2010, p.206-207).

Quando questionado, “Para você o que é Serviço Social”, por outro lado, buscou-se entender se a assistente social incorporou os fundamentos da profissão e sua autoimagem, se existe conflito ou não com a questão anterior. A palavra “profissão” aparece 12 vezes nesta questão. Ou seja, 66% das assistentes sociais, utilizaram esse termo para responder o que é o Serviço Social. A palavra “direito”, apareceu em metade das respostas e foi central em todas estas. Já a “questão social”, que é o objeto de intervenção do Serviço Social, apareceu em apenas 3 respostas. Ou seja, apenas 16,6% das assistentes sociais se referiram a esta para explicar a profissão. O Projeto Ético-Político apareceu apenas uma vez.

Segundo Guerra (2018),

ao não estabelecer os nexos intrínsecos e ontologicamente dados entre o modo de produção e reprodução da vida social, o conjunto das objetivações do ser social, as particularidades da sociedade burguesa e o surgimento do Serviço Social e, ao não se evidenciar por quais mediações histórico-sociais tais particularidades estabelecem nexos com o Serviço Social (...), os fundamentos de explicação do ser tornam-se inócuos, e perde-se a possibilidade de interpretação da profissão pela via de seus reais e efetivos fundamentos histórico-ontológicos (GUERRA, 2018, p.39)

“No seu cotidiano profissional o PEP do Serviço Social está presente?”, objetivou entender a apreensão do Projeto por parte das profissionais e, principalmente, em que este consiste para elas. Duas assistentes sociais não responderam a esta questão. Das dezesseis

respostas que tivemos, todas aparentemente valorizam o Projeto ético-político como algo indispensável, no entanto, algumas não enfatizam se o PEP está presente no cotidiano profissional, por exemplo: “É uma relação indispensável e imprescindível.”. 27,7% das respostas foram muito semelhantes a esta, ou seja, não se aprofunda na presença do PEP no cotidiano do Serviço Social, nem em sua importância. Em outras 27,7% das respostas, as assistentes sociais reforçam os desafios da atuação alinhada ao PEP, citando a correlação de forças existente no cotidiano profissional e a necessidade de conduzir um atendimento que fortalece os direitos da classe trabalhadora, numa perspectiva crítica acerca do PEP, aparecendo valores como democracia e igualdade. A palavra “direito” aparece em quatro respostas. Por outro lado, a categoria “questão social” não aparece em nenhuma destas. Algumas respostas chamaram atenção, como: “Há uma identificação com o Projeto Ético-Político, conhecimento do mesmo. Contudo, este não vem refletindo no exercício profissional cotidiano diante da sobrecarga de trabalho perde-se na qualidade da atuação reflexiva.”.

Marcelo Braz (1996), elenca 3 componentes que materializam o projeto da profissão: “a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão” (BRAZ, 1996, p.5). A primeira delas, refere-se a dimensão investigativa da profissão, alinhada a teoria crítica do pensamento social, não cabendo no projeto da profissão posturas de manutenção da ordem. A segunda delas, se relaciona às entidades representativas da profissão, as quais possibilitam que o PEP esteja em permanente construção, tensão e conflito a partir do pluralismo de ideias em seu interior. O último componente, refere-se ao conjunto de leis e resoluções da profissão, as quais legitimam os valores do PEP. Assim, são estas três que compõem o corpo material do PEP, o qual deve ser entendido como uma construção coletiva que envolve valores, princípios e compromissos (BRAZ, 1996).

Em seguida, questionou-se acerca das exigências profissionais postas para o Serviço Social no espaço sócio ocupacional no qual elas atuam. A questão conta com doze itens onde deve-se marcar de 1 a 5, sendo 1 o que é mais exigido da instituição e 5 o que é menos recorrente. Em nossa análise, consideramos 1 e 2 como mais exigido, 3 como mediano e 4 e 5 como pouco exigido. Estes itens expressam diferentes concepções acerca da atuação

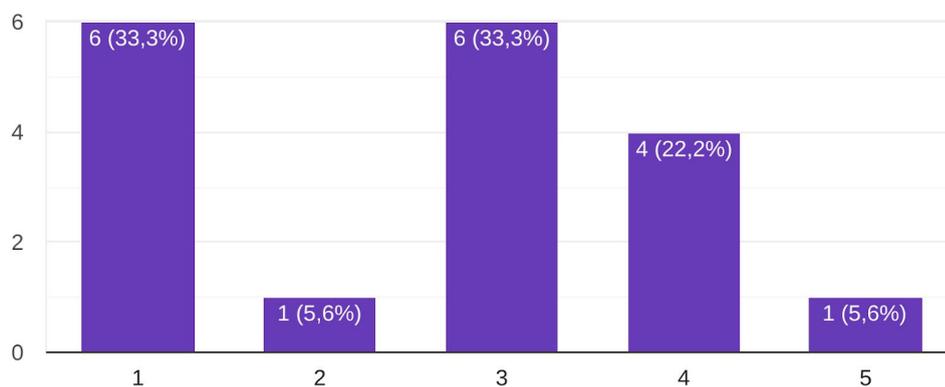
profissional, desde elementos da imagem socialmente construída e de vertentes neoconservadoras até princípios do Código de Ética da Profissão. Iremos analisar esta questão em conjunto com a seguinte, que objetivou apreender o que cada assistente social considera mais relevante para o trabalho profissional, com as mesmas frases da questão anterior, mas aqui, eles avaliam, de 1 a 5, o que consideram mais relevante para o seu trabalho. A análise das duas questões em conjunto, enriquece a apreensão, tornando possível comparar o projeto da instituição para o Serviço Social e qual projeto as assistentes sociais adotam.

A primeira frase da questão é: burocratização dos serviços. A escolha dessa frase se justifica pelo que Vasconcelos (2015) afirma no que se refere aos diferentes espaços sócio-ocupacionais, num sentido de “redução das funções do assistente social ao burocrático preenchimento de cadastros, elaboração de estudos e alimentação de plataformas estatísticas;”, enquadrando o fazer profissional num projeto de cariz tecnocrático, como a própria autora aponta. 38,9% das assistentes sociais responderam que isto é muito exigido por parte das instituições que as empregam - ou seja, responderam 1 e 2. 33,3% delas, consideram algo que é moderadamente requerido pela instituição. A menor parte das respostas, 27,8% afirma que isto é pouco exigido (figura 5).

Figura 5:

Burocratização dos serviços

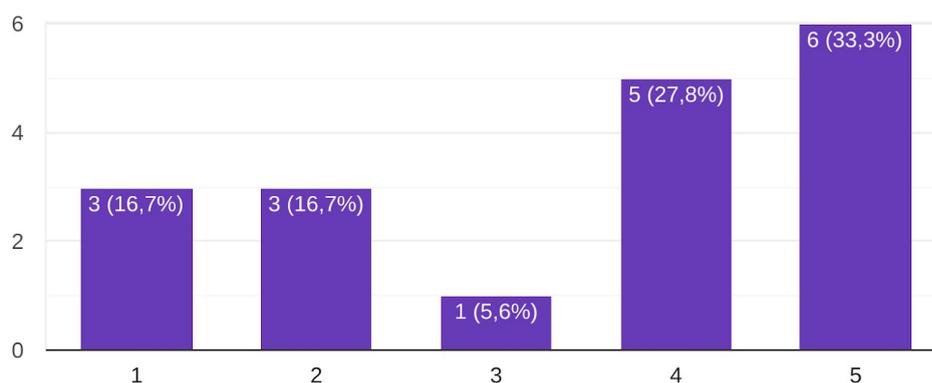
18 respostas



Quando questionadas acerca da relevância que as assistentes sociais dão para a burocratização dos serviços, a maior parte destas, ou seja, 61,1%, considera a burocratização dos serviços como algo pouco relevante para o trabalho destas. Ainda assim, 33,4% considera como de extrema importância e apenas uma assistente social, enxerga a burocratização como algo de necessidade intermediária (Figura 6)

Burocratização dos serviços

18 respostas



Para Ana Vasconcelos,

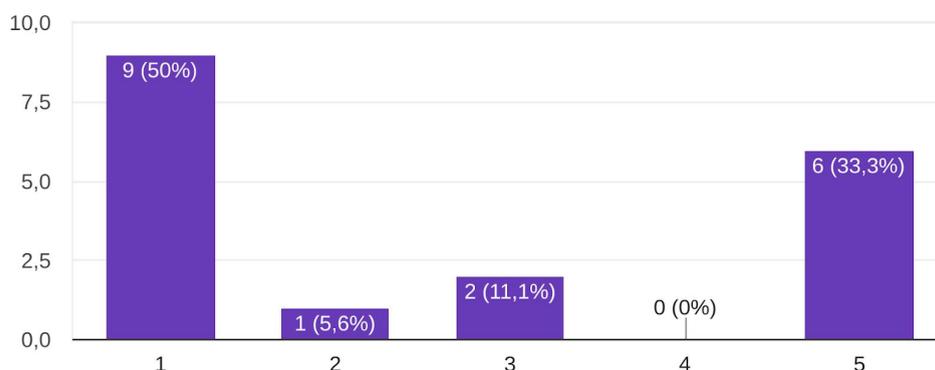
mesmo reivindicando a defesa e a escolha do projeto profissional como referência, mas sem a teoria necessária (...) e segurança dos princípios ético-políticos que o referenciam (...) os profissionais rendem-se às queixas e, sem condições de se situarem criticamente diante das políticas sociais (...) o que os leva a eleger o acesso burocrático à política e ao acompanhamento, também burocrático, das condicionalidades como finalidade última da atuação profissional (VASCONCELOS, 2015, p. 302-303).

A afirmativa seguinte da questão foi: encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população. Tal frase foi retirada do item III artigo 4º da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 que se refere às competências do Assistente Social. No que se relaciona ao que é exigido pela instituição, 55,6% das assistentes sociais marcou 1 e 2 ou seja, a maioria delas relata que o encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população é bastante exigido pela instituição. Um número bastante expressivo, 33,3% marcou 5, isto é, considera esta questão pouco exigida da instituição. Além disso, 11,1% enxerga a exigência nesse sentido num nível intermediário (figura 7).

Figura 7:

Encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população

18 respostas

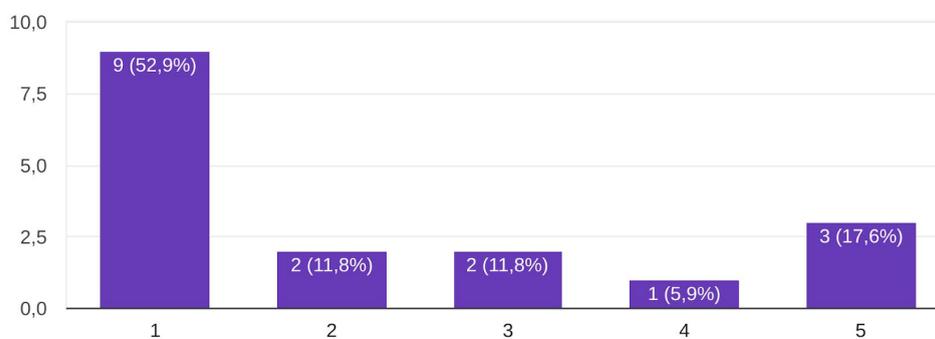


No que diz respeito a como as assistentes sociais enxergam a importância do encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população, 64,7% destas consideram extremamente importante. 11,8% considera a relevância desta questão como mediana. Por outro lado, 23,5% considera pouco importante este item, que compõe uma das competências do Assistente Social. Além disso, uma das assistentes sociais não respondeu a esta afirmativa (figura 8).

Figura 8:

Encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população

17 respostas

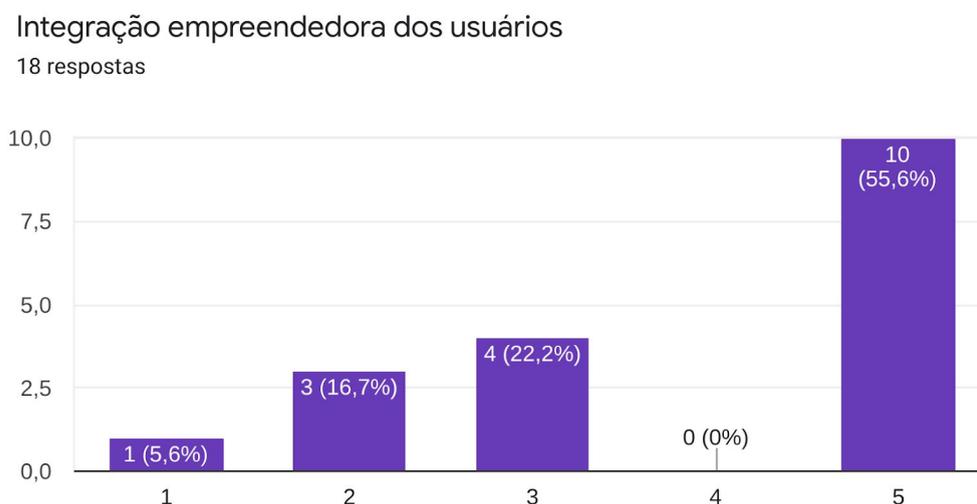


A afirmação seguinte é: integração empreendedora dos usuários. A escolha desta frase se deu pelo que Vasconcelos (2015) afirma que

muito frequentemente, em nome do projeto profissional, grande parte dos assistentes sociais, sem a teoria necessária que ilumine o complexo campo da luta de classes, acreditam que o bom uso dos recursos viabilizados pelas políticas assistenciais; o desenvolvimento da verve empreendedora dos “excluídos” (...), poderão constituir a “porta de saída” dos programas de transferência de renda, o que significaria não só o favorecimento dos trabalhadores, mas o sentimento do dever cumprido (VASCONCELOS, 2015, p.303)

Dessa forma, essa concepção se enquadra no projeto de cariz tecnocrático. No que se refere a exigência da instituição em relação a integração empreendedora dos usuários, 55,6% marcou 5, ou seja, é algo que majoritariamente as assistentes sociais compreendem como pouco incentivado pelas instituições em questão. Por outro lado, 22,3% das assistentes sociais enxerga essa questão como muito requisitada pela instituição. 22,2% % considera que a instituição exige isso do trabalho delas de maneira moderada.

Figura 7:



Na mesma afirmação, a resposta das assistentes sociais a respeito do que elas consideram importante foi muito parecida com o que a instituição exige delas. 58,8% das assistentes sociais considera pouco relevante a integração empreendedora dos usuários. Ainda assim, 23,5% delas, acha muito importante para a sua atuação profissional. 17,6% considera

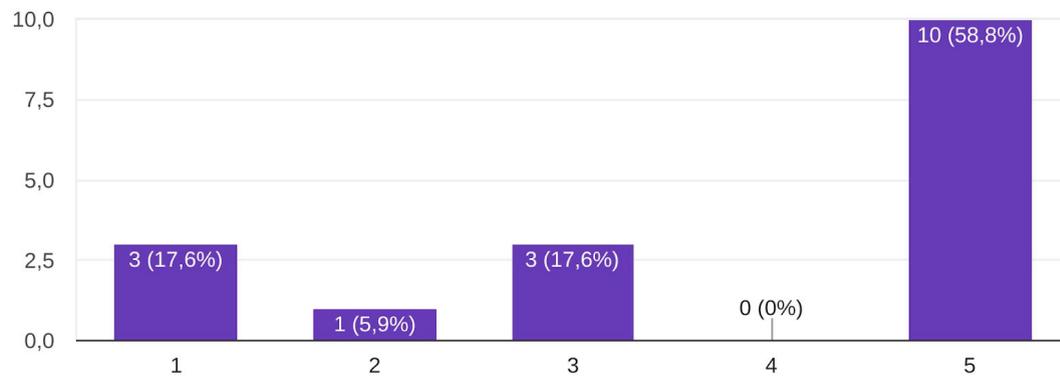
intermediária. No entanto, é interessante ressaltar que uma assistente social não respondeu a esta afirmativa (figura 8).

Figura

8:

Integração empreendedora dos usuários

17 respostas

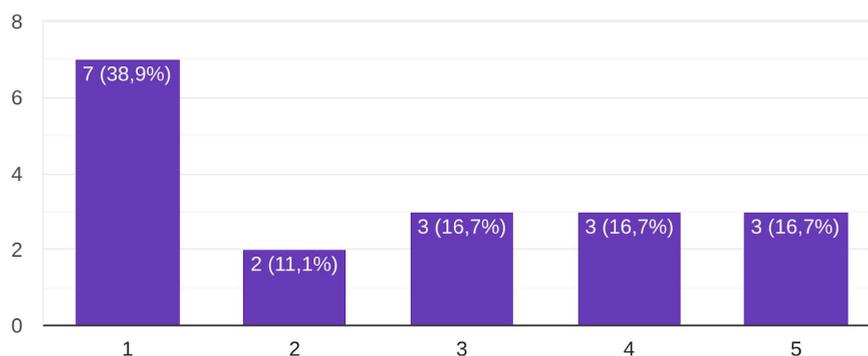


A alternativa seguinte é a frase: “afirmação dos direitos dos usuários”. Tal afirmação foi inspirada pela letra “d” do artigo 8º do Código de Ética do Assistente Social, que se refere aos deveres do/a assistente social: “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais”. No que se refere ao que é exigido pela instituição, majoritariamente as assistentes sociais, considera muito requisitado. Ou seja, 50%, metade delas, colocou 1 e 2. No entanto, ainda assim, as demais opções ficaram bem divididas. Dessa forma, 33,4% das assistentes sociais marcou 4 e 5, ou seja, pouco exigido. Além disso, 16,7% considera a exigência da instituição num nível intermediário (figura 9).

Figura 9:

Afirmação dos direitos dos usuários

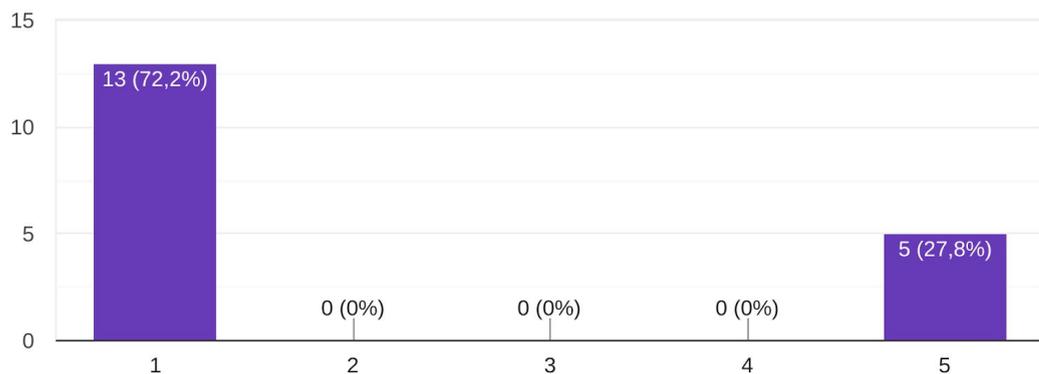
18 respostas



No que se refere à perspectiva da importância da afirmação dos direitos dos usuários para o trabalho das assistentes sociais, 72,2% consideram extremamente importantes. Nenhuma das assistentes sociais considera a importância a nível intermediário. No entanto, 27,8% das resposta, alega que a afirmação dos direitos dos usuários é algo de menor importância (figura 10). Figura 10:

Afirmação dos direitos dos usuários

18 respostas



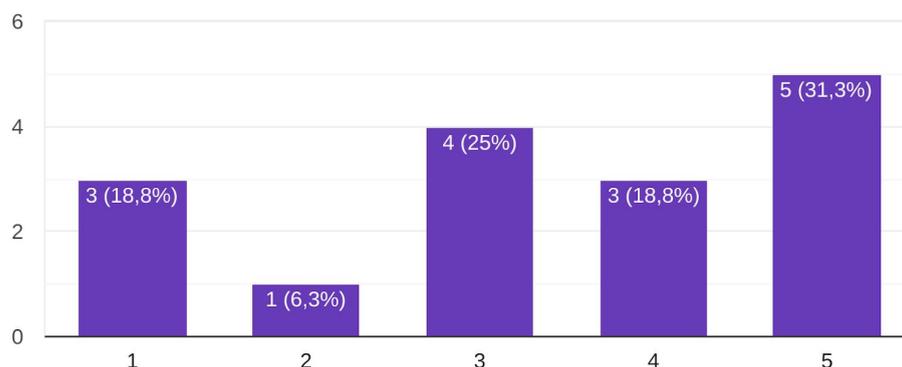
Na afirmativa “Empoderamento dos indivíduos e de seus dotes pessoais”, levou-se em consideração o que Machado (2019) afirma:

Silva (2017) e Vasconcelos (2015) explicam que atualmente uma das questões centrais desta tendência se inscreve sob a integração empreendedora dos indivíduos: “uma integração dinâmica e solidária, por meio de certo tipo de empoderamento centrado nos indivíduos e em seus dotes pessoais, ressaltando traços nitidamente meritocráticos” (SILVA, 2017, p.70) (MACHADO, 2019, p. 69).

As respostas ficaram bem divididas. Uma parcela bastante significativa relatou entre 4 e 5, ou seja, 50,1% das assistentes sociais, considera isto como menos exigido da instituição. 25% delas, relatou 3, ou seja, o meio termo. As demais, ou seja, 25,1 consideram o empoderamento dos indivíduos e de seus dotes, algo muito exigido pela instituição. Duas assistentes sociais não colocaram nenhum número nessa afirmativa e ambas sublinharam o trecho “dotes pessoais” e colocaram pontos de interrogação (?) nos questionários (figura 11).

Figura 11:

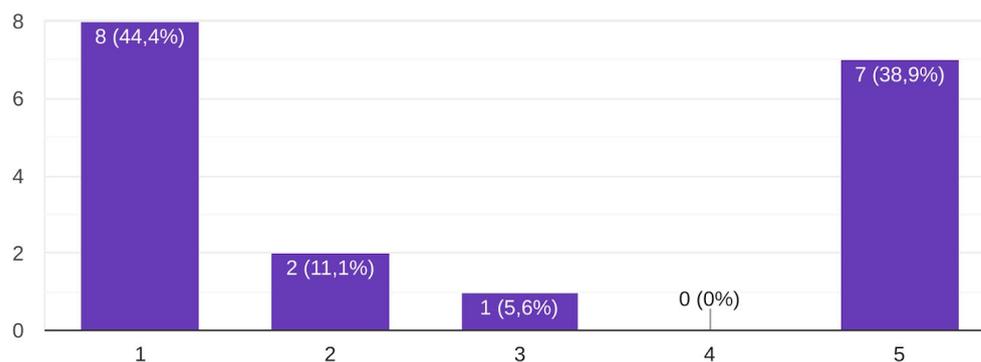
Empoderamento dos indivíduos e de seus dotes pessoais
16 respostas



No que se refere à importância que as assistentes sociais concebem ao empoderamento dos indivíduos e de seus dotes pessoais para o trabalho profissional, 55,5% destas consideram muito importante. Por outro lado, 38,9% das assistentes sociais enxerga como pouco importante, além disso, 5,6% acredita ser importante de maneira mediana (figura 12).

Figura 12:

Empoderamento dos indivíduos e de seus dotes pessoais
18 respostas



A frase seguinte, “empatia com os usuários”, foi inspirada por uma tendência, que “se sustentava no suporte teórico metodológico da fenomenologia e na compreensão, no diálogo, na ajuda psicossocial, na autodeterminação e na empatia na intervenção profissional” (MACHADO, 2019, p.72). Segundo o dicionário online da língua portuguesa, empatia significa:

Ação de se colocar no lugar de outra pessoa, buscando agir ou pensar da forma como ela pensaria ou agiria nas mesmas circunstâncias.

Aptidão para se identificar com o outro, sentindo o que ele sente, desejando o que ele deseja, aprendendo da maneira como ele aprende etc.

[Psicologia] Identificação de um sujeito com outro; quando alguém, através de suas próprias especulações ou sensações, se coloca no lugar de outra pessoa, tentando entendê-la (Dicionário Online de Português¹³).

Dessa forma, é fundamental problematizar o termo empatia, uma vez que a assistente social, enquanto classe trabalhadora deve reconhecer o usuário enquanto pertencente a essa também. Por outro lado, há que se considerar o que Lewgoy e Silveira (2007) apontam como uma das etapas da entrevista, que se refere

a acolhimento, pode-se entender que, na entrevista, foi desencadeado um espaço de mediação no qual há responsabilização e criação de vínculos entre o usuário e a instituição, ali representada pelo profissional. Assim, o acolhimento não se limita ao ato de receber, ouvir, mas a uma seqüência de atos que buscam a intervenção resolutiva (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p. 242)

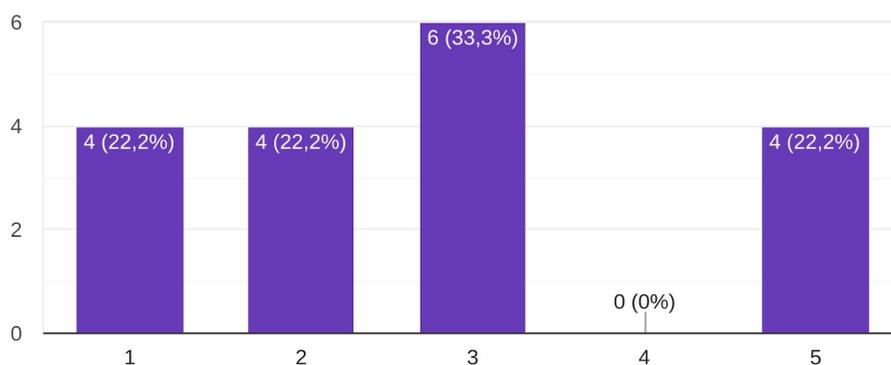
Para 44,4% das assistentes sociais, a empatia com os usuários é algo muito exigido por parte da instituição. Para 33,3% destas, a exigência aparece como moderada nesse sentido. Por outro lado, 22,2% considera pouco exigido (figura 13).

¹³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/empatia/>

Figura 13:

Empatia com os usuários

18 respostas



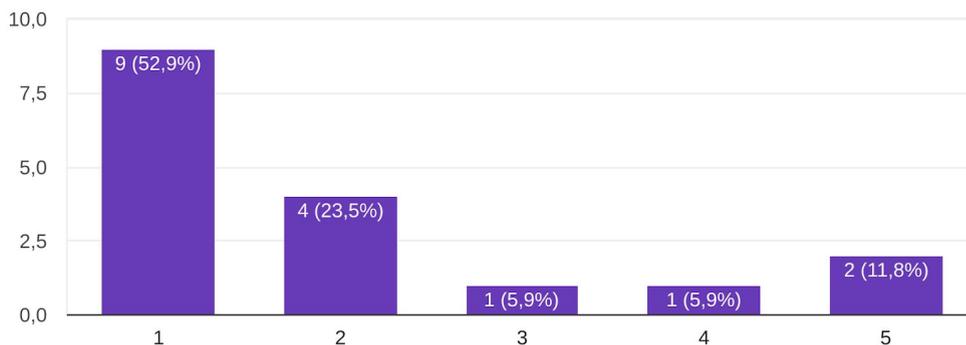
No que se refere a esta mesma afirmativa para as assistentes sociais, 76,4% destas, responderam ser de extrema importância para o trabalho profissional, a empatia com os usuários. 17,7% delas considera pouco importante e 5,9% enxerga a importância como mediana. Uma das assistentes sociais não respondeu a esta afirmação e sublinhou o termo “empatia”, escrevendo ao lado um ponto de interrogação no questionário. Outra assistente social riscou a palavra “empatia” e escreveu ao lado “vínculo com os usuários” (figura 14).

Figura

14:

Empatia com os usuários

17 respostas

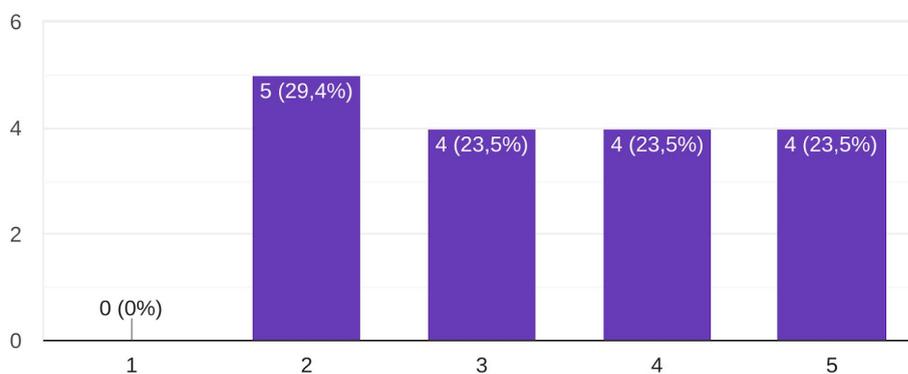


No que se refere à frase “trabalho sociopedagógico com vistas à formação da consciência política dos usuários”, Abreu e Cardoso (2009), afirma que historicamente, as práticas educativas estavam vinculadas ao controle exercido pela classe dominante, mas que nas últimas três décadas, isso tem mudado. “A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1). A autora frisa ainda que a mobilização social e a organização se inscrevem no corpo teórico-prático do Serviço Social, sendo um elemento constitutivo e indispensável da profissão (ABREU; CARDOSO, 2009).

Nenhuma das assistentes sociais marcou 1, ou seja, que é bastante exigido por parte da instituição. A maior parte, 47% se concentrou de 4-5, como algo menos exigido da instituição empregadora. 29,4% considera que é algo exigido e outros 23,5% concebe a exigência nesse aspecto como mediana. Além disso, uma das assistentes sociais não respondeu (figura 15).

Figura 15:

Trabalho sociopedagógico com vistas à formação da consciência política dos usuários
17 respostas



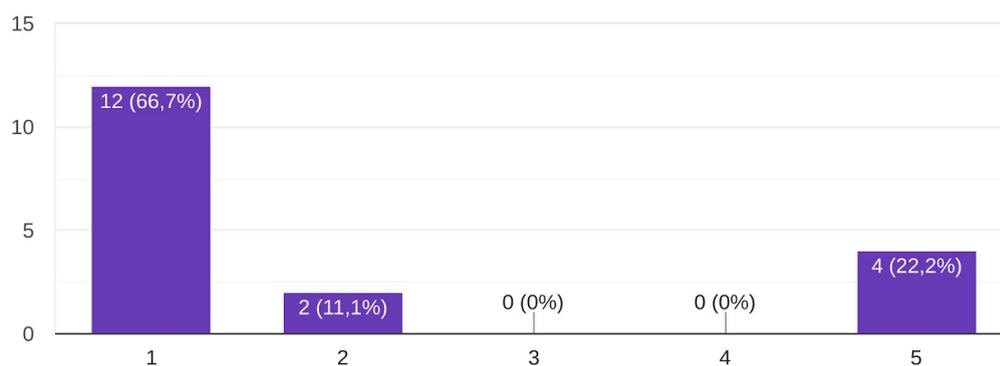
No que se refere à importância que as próprias assistentes sociais dão para o trabalho sociopedagógico com vistas à formação da consciência política dos usuários, majoritariamente, ou seja, 77,8% considera de extrema importância. Por outro lado, 22,2% concebe como pouco importante (figura 16).

Figura

16:

Trabalho sociopedagógico com vistas à formação da consciência política dos usuários

18 respostas



A afirmativa “ajuda psicossocial”, primeiramente, tem no termo “ajuda” uma característica da imagem socialmente construída da profissão. Além disso, Vasconcelos (2015), ao se referir ao projeto assentado numa “vertente neoconservadora”, enfatiza que

não escondendo sua perspectiva de classe ao explicitar com clareza sua relação direta com a perspectiva de “ajuda”/perspectiva restauradora, se por um lado pode se mostrar bem-intencionada frente às desgraças do “ser humano”, ela em um endereço certo: a busca de “aliviar o sofrimento humano” sem ir às raízes desse sofrimento (VASCONCELOS, 2015, p.312-313)

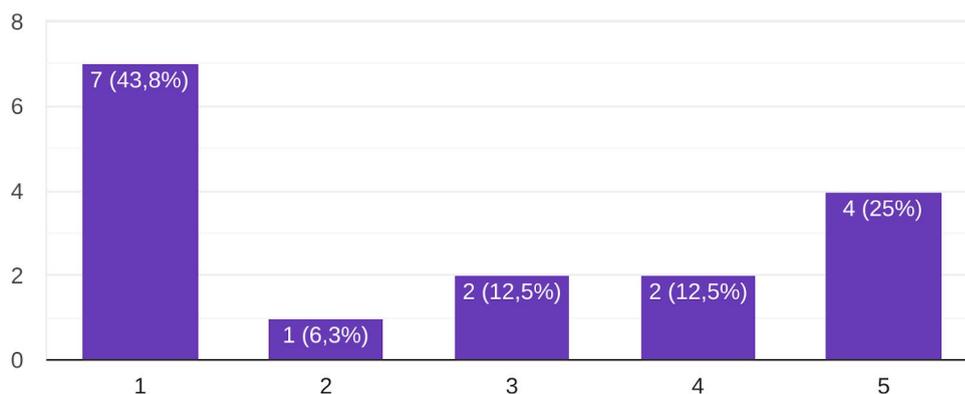
Já o termo “psicossocial”, se refere a “ assistentes sociais que, tomando o “psicossocial” como função e não como campo ou área de atuação e/ou psicologizando as expressões da questão social (...), realizam suas atividades e ações a partir e/ou com foco no “tratamento social” de indivíduos e famílias”. (VASCONCELOS, 2015, p.306). Majoritariamente, ou seja, 50,1% das assistentes sociais relataram que é algo muito exigido

da instituição empregadora. Por outro lado, 37,5% relatou como pouco exigido. 12,5% das respostas, enxergam as exigências da instituição empregadora na “ajuda psicossocial” como intermediárias. Além disso, duas assistentes sociais não responderam a esta afirmação (figura 17).

Figura 17:

Ajuda psicossocial

16 respostas

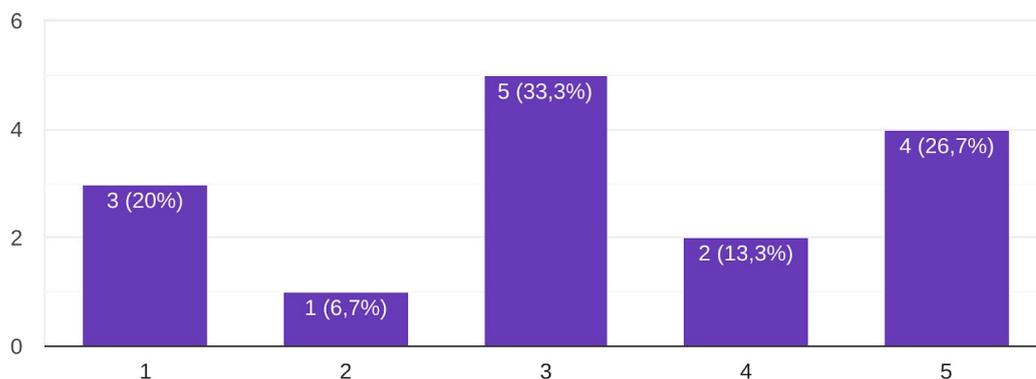


Em relação a forma como as próprias assistentes sociais concebem a “ajuda psicossocial”, 26,7% destas consideram muito importante para o trabalho. 40% das respostas, alegam ser pouco importante para o trabalho do assistente social. 33,3% das respostas, concebem a importância como mediana. É necessário frisar que três assistentes sociais não responderam a esta afirmação, sendo que duas delas sublinharam o termo “ajuda” e escreveram um ponto de interrogação (?) no questionário (figura 18).

Figura 18:

Ajuda psicossocial

15 respostas

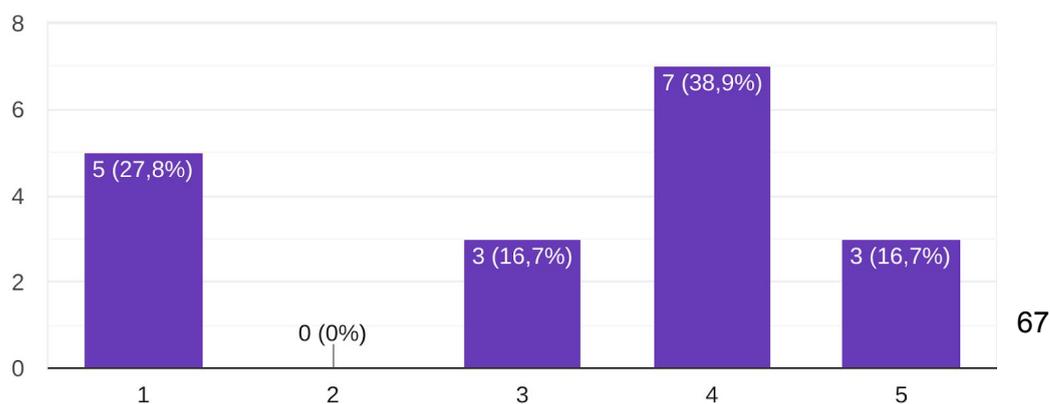


No que se refere ao “apelo à sociedade civil e parcerias”, de acordo com Ana Vasconcelos (2015), se enquadra em um projeto de profissão assentado numa “vertente neoconservadora, em que “essa proposta, travestindo de modernidade práticas tradicionais, oferece-lhes um discurso legitimador de natureza “cultural” a partir de ‘ações focais no marco de petições ‘solidárias’ e de ‘parcerias’ a todos os níveis, respaldado apelo à ‘sociedade civil’” (VASCONCELOS, 2014, p.4). A maior parte dos assistentes sociais, ou seja, 55,6% não considera o apelo à sociedade civil e parcerias algo muito exigido por parte da instituição empregadora. Ainda assim, 27,8%, um número significativo de assistentes sociais, considera como muito exigido. 16,7% considera a exigência como média (figura 19).

Figura 19:

Apelo à sociedade civil e parcerias

18 respostas

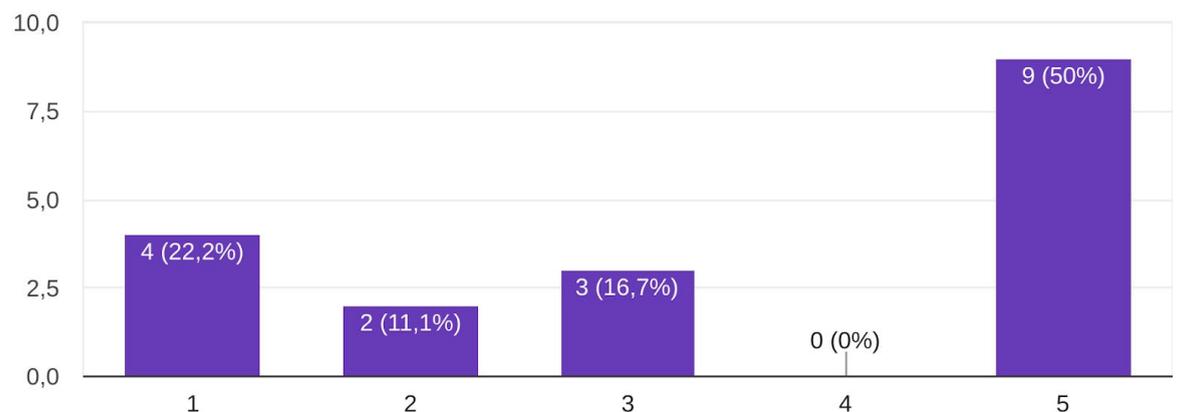


Em relação a importância do apelo à sociedade civil e parcerias para o trabalho das assistentes sociais, 50% delas, não considera relevante. Por outro lado, 34,3% concebe como extremamente importante. Além disso, 16,7% delas considera de necessidade intermediária (figura 20).

Figura 20:

Apelo à sociedade civil e parcerias

18 respostas

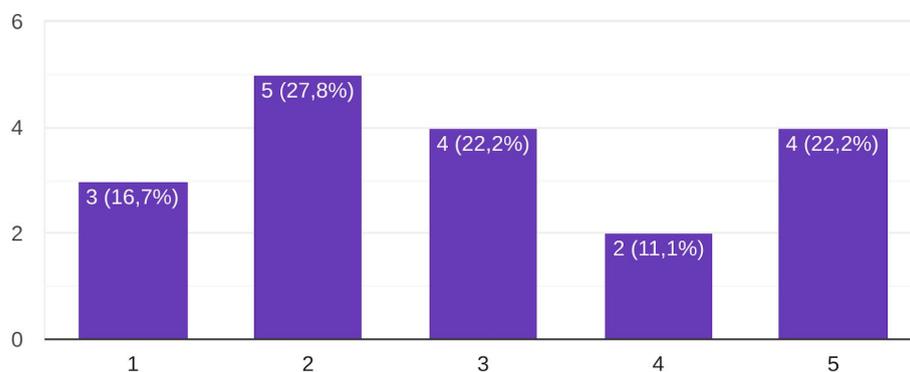


A afirmativa “processos de emancipação política dos usuários na viabilização de acesso aos direitos sociais” foi inspirada nos dois primeiros princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente social: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;” (CFESS, 2011, p.23). As respostas ficaram divididas. 44,5% das assistentes sociais relataram como algo muito exigido por parte da instituição. Por outro lado, 33,3% consideram esta afirmativa como algo pouco exigido. Ao mesmo tempo, 22,2% das assistentes sociais considera a exigência mediana (figura 21).

Figura 21:

Processos de emancipação política dos usuários na viabilização de acesso aos direitos sociais

18 respostas

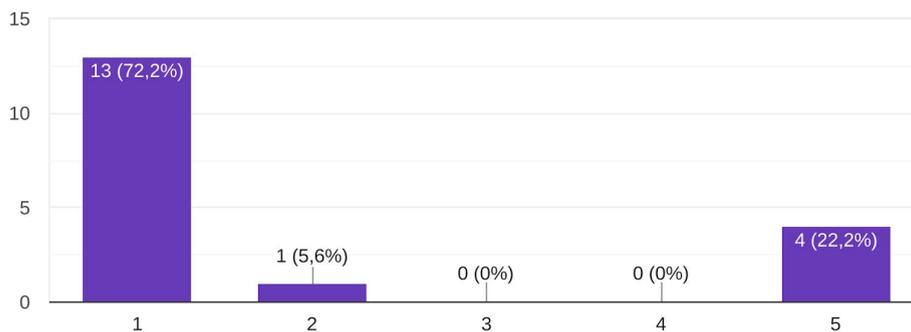


Já para as próprias assistentes sociais, 77,8% delas, considera de extrema importância os processos de emancipação política dos usuários na viabilização de acesso aos direitos sociais. Outras 22,2% consideram essa questão como de menor importância para o trabalho (figura 22).

Figura 22:

Processos de emancipação política dos usuários na viabilização de acesso aos direitos sociais

18 respostas



A frase “resolução de conflitos e solução de problemas” gerou respostas bastante divididas. Dias (2018), em sua reflexão acerca do Serviço Social no judiciário enfatiza que

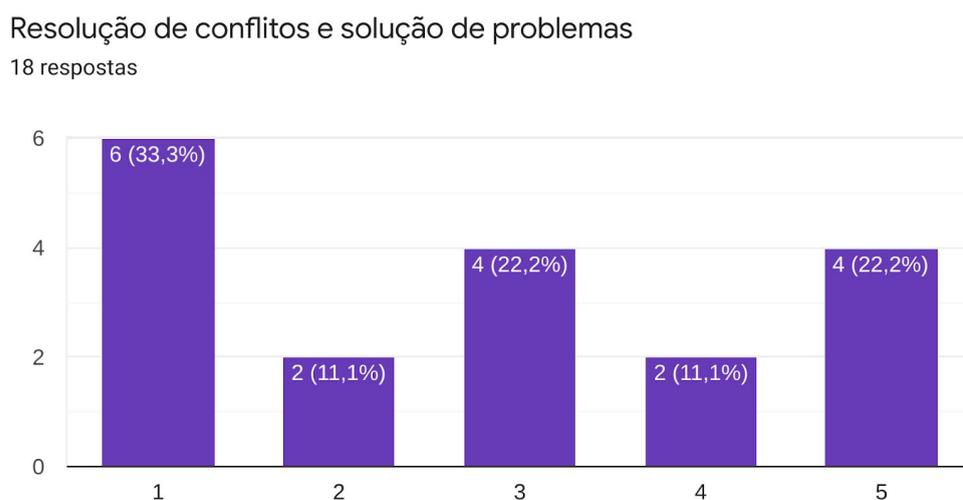
através do parecer jurídico no 24/16 o Conselho Federal de Serviço Social- CFESS em 2016, manifestou-se contrário a prática da mediação/conciliação pela categoria profissional, visto como uma “atividade estranha ao Serviço Social”, uma vez que, tal prática tem conceito próprio e se constitui em atividade autônoma, com características específicas e com código de ética próprio, distinguindo-se, dessa forma, das atividades do Serviço Social (DIAS, 2018, p.45).

Além disso, Dias (2018), enfatiza o enfoque das políticas públicas atuais na família e o chamamento aos assistentes sociais para atuarem frente a esta questão. Dessa forma,

Sendo necessário que os assistentes sociais compreendam essas mudanças sociais em curso, para que na atuação profissional não se reforce pensamentos moralizantes como “famílias disfuncionais” ou “famílias desajustadas”, uma vez que, ainda é alimentada a idealização das famílias nucleares, as quais, são tidas como único modelo ideal (DIAS, 2018, p.49).

44,4% das assistentes sociais, identificam a resolução de conflitos e solução de problemas como algo muito exigido pela instituição. Por outro lado, 33,3% acreditam ser algo pouco exigido. 22,2% consideram a exigência a nível intermediário (figura 23).

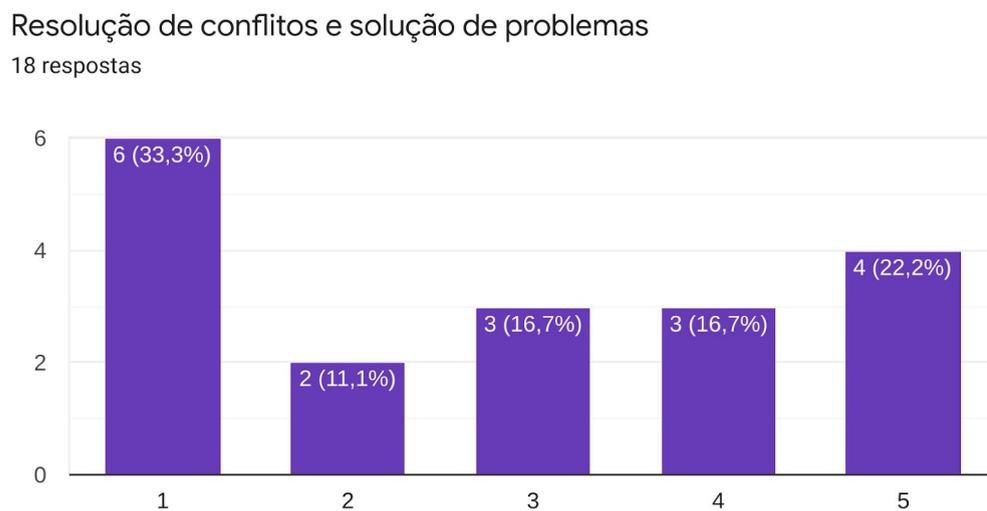
Figura 23:



As respostas do que as assistentes sociais consideram importante para o seu trabalho, foram muito parecidas em relação à instituição em “resolução de conflitos e solução de

problemas”. 44,4% delas considera muito importante. Por outro lado, 38,9% concebe a resolução de conflitos e solução de problemas como algo pouco relevante. 16,7% considera a importância desse fator, algo intermediário (figura 24).

Figura 24:

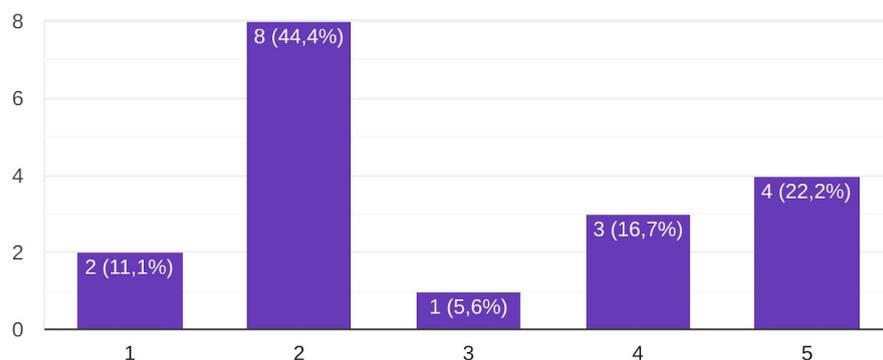


A última afirmativa desta questão foi: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”, a qual se refere ao item VII do artigo 4º, em que constituem competências do Assistente Social da Lei nº 8.662. Aqui, 55,5% consideram isso como algo muito exigido pela instituição. Por outro lado, 38,9% das assistentes sociais não consideram o planejamento e avaliação de pesquisas algo exigido pela instituição empregadora. Uma assistente social, considera essa exigência no nível médio (figura 25).

Figura 25:

Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais

18 respostas

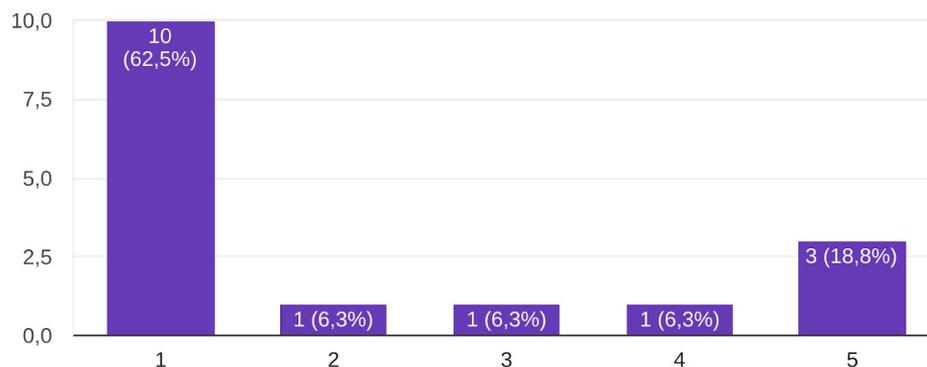


Já as assistentes sociais, 68,8% considera de extrema importância para o trabalho planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Outras 25,1% consideram pouco relevante - o que é um número considerável se refletirmos que esta frase em questão foi retirada da Lei que Regulamenta a profissão. Duas assistentes sociais não marcaram nada neste item (figura 26).

Figura 26:

Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais

16 respostas



Havia ainda a alternativa “outros”, caso as assistentes sociais quisessem adicionar outra requisição por parte da instituição ou algo que elas consideram importante para o trabalho enquanto assistentes sociais. No entanto, nenhuma delas o fez.

A décima primeira questão, “Como você desenvolve seu trabalho?” pretendeu captar como as/os assistentes sociais estão relacionando as dimensões da atuação profissional. 38,8% das assistentes sociais descreveu os instrumentos utilizados em seu espaço sócio-ocupacional, sendo que em 38,8% das respostas, a palavra “atendimento” estava presente e em 33,3%, o termo “encaminhamento” foi utilizado. Além disso, “planejamento” apareceu apenas em 22,2% das respostas. A dificuldade em desenvolver o trabalho como desejado, foi presente em 16,6% das respostas, nas quais as assistentes sociais pontuaram a autonomia relativa, a influência dos cortes orçamentários em seu trabalho e a sobreposição das demandas institucionais. Além disso, o Projeto ético-político do Serviço Social apareceu duas vezes dentre as respostas. Uma assistente social não respondeu a esta questão.

Para Guerra (2012), “reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social um meio para o alcance de quaisquer finalidades” (GUERRA, 2012, p. 48). A autora afirma, que no cotidiano, a dimensão técnico-instrumental tende a ser a mais atingida, no entanto não é a única. Guerra evidencia que a dimensão teórico-metodológica, possibilita a manifestação no cotidiano de uma interpretação à luz da teoria e da universalidade, aprofundando nos fundamentos teóricos que sustentam a intervenção profissional. Assim, esta dimensão deve ser articulada à investigativa,

posto que permite uma revisão dos fundamentos técnicos, teóricos e ético-políticos que orientam a profissão, conduzindo seu avanço no sentido de que aponta tendências e permite uma antecipação, a reconstituição de objetos de intervenção, a apreensão de demandas emergentes, a reconfiguração das demandas: ela é a dimensão do novo (GUERRA, 2012, p.55)

Além disso, a autora enfatiza que toda intervenção profissional é ação teleológica e acarreta na escolha de alternativas e elaboração de um projeto que busca ser alcançado.

Assim, as respostas são teleológicas, na medida em que partem de conhecimentos que relacionam a resposta à sua causa final. É nesse sentido que, tendo em vista uma relação consciente, intencional, entre objetivos, meios e fins, o que é uma exigência para uma prática mediada pelo projeto profissional, coloca-se a necessidade de uma prática pensada, planejada, para além de uma prática estruturada no saber imediato, na intenção (VASCONCELOS, 2015, p.222)

Isto posto, se objetivou em seguida, saber se há planejamento nas ações das assistentes sociais (figura 27). O planejamento é um processo político já que ele é um processo de tomadas de decisões, inscritas nas relações de poder - ainda que, tradicionalmente, a ênfase seja dada aos aspectos técnico-operativos. Baptista (2000) enfatiza que as condições em que o planejamento ocorre é de jogo de vontades políticas, de correlação de forças, alianças e incompatibilidades entre diversos segmentos. É importante refletir ainda, que o caráter político da ação de planejamento possibilita fazê-lo de forma estratégica, apreendendo a complexidade de seu contexto, fazendo uso das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

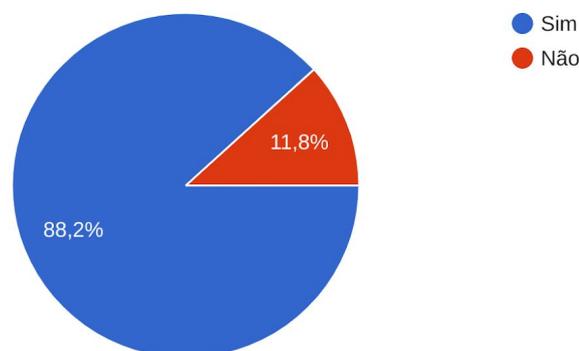
Em suma, afirmamos que o planejamento constitui-se em um ato técnico e político. Técnico porque pressupõe a racionalidade das ações ponderando uma série de condicionantes, dentre eles: prazos e recursos existentes. Político porque se inscreve no contexto de tomada de decisões onde a correlação de forças e de interesses distintos evidenciam-se entre os sujeitos (BERTOLLO, 2016, p. 337).

88,2% das assistentes sociais afirmou existir planejamento em suas ações em contraposição a 11,8% que alegou “não”. Além de optar entre “sim” ou “não”, cada assistente social deveria justificar a resposta.

Figura 27:

12. Há planejamento de suas ações?

17 respostas



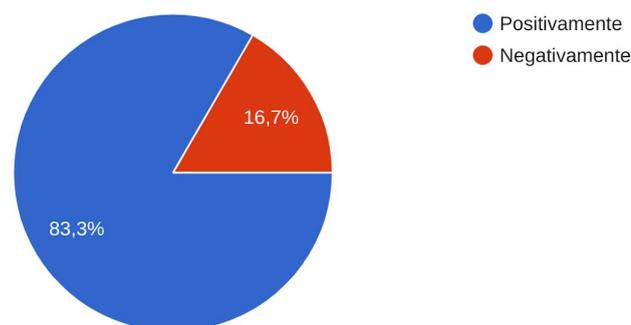
Das assistentes sociais que responderam “sim”, foram frequentes nas justificativas instrumentos para o planejamento, como por exemplo, cronogramas, Plano de Ação Anual de

Trabalho, Plano Individual e Familiar, Plano de Ação Semestral, planejamento mensal etc. Ainda assim, 20% das assistentes sociais que afirmaram que existe um planejamento em suas ações, afirmou que por vezes, as demandas institucionais se sobrepõem ao planejamento de trabalho destas. Uma das assistentes sociais, por sua vez, não optou por “sim” nem “são” e justificou: “Embora haja a concepção de planejamento, o trabalho com demandas espontâneas e encaminhamentos da rede, por vezes estes não surtem o efeito esperado”. Para as 11,8% que afirmaram não planejarem suas ações, as justificativas foram: “Não. Sou atropelada por solicitações o tempo todo, e com equipe reduzida, fica complicado seguir algum planejamento.” e “Não. As ações do serviço social se planejam de acordo com as demandas que surgem.”.

A questão seguinte, por outro lado, objetiva perceber como os assistentes sociais enxergam a relação entre a formação e as exigências postas no cotidiano, podendo aparecer possíveis lacunas naquela, com a pergunta: “Em relação a sua formação acadêmica e às exigências do seu cotidiano de assistente social, como você avalia a sua condição para o trabalho profissional?”. As assistentes sociais poderiam optar por “positivamente” ou “negativamente” e em seguida, deveriam justificar a escolha feita. 83,3% das assistentes sociais avalia a formação acadêmica em relação às exigências do seu cotidiano como positiva, em contraposição a 16,7%, que enxerga negativamente (figura 28).

Figura 28:

13. Em relação a sua formação acadêmica e às exigências do seu cotidiano de assistente social, como ...ondição para o trabalho profissional?
18 respostas



As profissionais que avaliam como “positivamente”, em sua maioria alegam que a formação ofereceu subsídios para a atuação profissional. Uma delas relata ainda que o “constante contato com UFOP, estagiários permitem manter o discurso atualizado.”. As três assistentes sociais que consideram “negativamente”, justificam: “Sinto que necessito de mais capacitação e cursos contínuos, mas principalmente, de encontros que discutam não só a teoria, mas a prática também.”, “Necessidade de reciclar.” e “É uma profissão ainda negligenciada em termos de condição de trabalho, além da tendência geral de precarização dos vínculos de trabalho. Não há clareza por parte dos empregadores sobre as atribuições e competências do assistente social. Soma-se a isso a sobrecarga de trabalho, o desfalque das equipes, dentre outros.”. Nestas últimas, é evidente o descolamento da teoria em relação à prática. Santos (2011) enfatiza a tendência que

a exigência de que uma determinada teoria traduza-se em instrumentos próprios de ação, ou seja, que os instrumentos sejam criados, extraídos, diretamente de uma teoria. A teoria é reduzida a algo que “se encaixa na prática” e a prática social é reduzida à prática profissional que, por sua vez, é reduzida à utilização de instrumentos de intervenção. Mas já que a teoria não está se transformando em prática, considera-se que o mais importante então seja a própria prática (SANTOS, 2011, p.14).

Dessa forma, Santos (2011) esclarece que na prática a teoria só pode ser a mesma já que, na perspectiva do materialismo dialético, ela é o lugar onde o pensamento se põe. Assim, a teoria busca conhecer a realidade e as conexões postas na ação prática dos homens, não havendo como na prática a teoria ser outra.

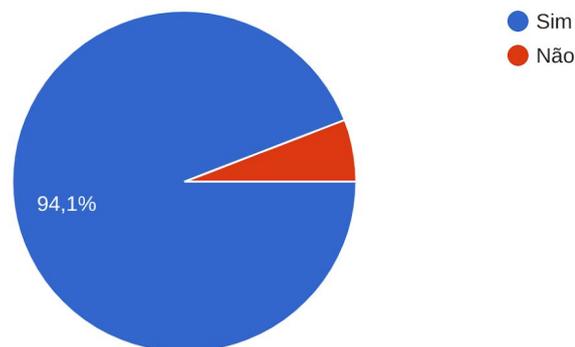
Em seguida, perguntou-se: “A investigação está presente em seu trabalho?”, que buscou entender se as assistentes sociais estão concebendo a investigação enquanto indissociável da intervenção profissional. Vasconcelos (2015) afirma que além, da necessidade dos assistentes sociais se apropriarem do conhecimento produzido historicamente, o projeto profissional impõe uma atitude investigativa dos profissionais. Dessa forma, as Diretrizes Básicas da Formação Profissional dos Assistentes Sociais tem, como princípio, a orgânica articulação entre a dimensão investigativa e interventiva, constituindo elementos da formação e do exercício profissional (GUERRA, 2012).

Assim, elas poderiam responder “sim” ou “não” e em seguida justificar o porquê. 94,1% das assistentes sociais afirmaram que sim, sendo que apenas uma, 5,9% apontou que não. Uma assistente social não marcou nenhuma dessas, e sim “outro” (gráfico 29).

Gráfico 29:

14. A investigação está presente em seu trabalho?

17 respostas



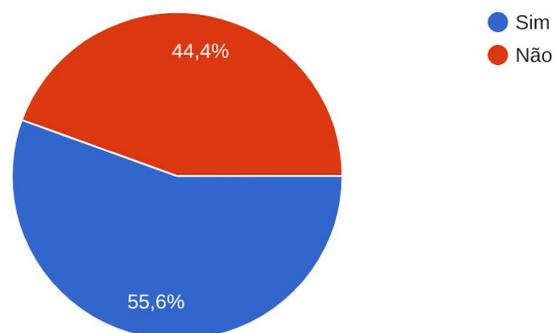
Na justificativa, 31,25% das assistentes sociais que marcaram “sim”, explicaram e relacionaram a investigação a uma confirmação de dados fornecidos pelos usuários na análise socioeconômica. O que evidencia que para estas, a investigação relaciona-se à fiscalização dos usuários e não a um componente indissociável da atuação profissional, como citado anteriormente. As demais, por outro lado, afirmaram a importância de investigar pois só assim é possível adquirir visão crítica, como por exemplo: “Enquanto obtenção de dados para analisar a realidade e para subsidiar ações. No caráter de investigação "policial" não!”. Além disso, uma delas cita que só assim é possível traçar uma instrumentalidade voltada para a consolidação do PEP. A assistente social que disse “não”, afirmou que “No momento o Serviço foi inaugurado sem a equipe mínima e sem capacitação, por isso estamos infelizmente atendendo de certa forma as demandas emergenciais. Além disso, a assistente social que escolheu “outro” diz que “Não como instrumento prioritário, mas como auxílio ao entendimento/atendimento das demandas apresentadas.”

Em seguida, pergunta-se sobre a formação continuada, a fim de compreender se os assistentes sociais permanecem se capacitando. 55,6% das assistentes sociais afirma que “sim”. Por outro lado, 44,4% delas alega que “não” (gráfico 30).

Gráfico 30:

15. Quanto à capacitação contínua, participa de alguma formação?

18 respostas



Das assistentes sociais que alegaram “sim”, 50% delas apontou o NEESFT enquanto um espaço de formação continuada. Além disso, duas delas estão inseridas em pós-graduação. Muitas delas não especificaram que forma de capacitação continuada participam. Dentre as assistentes sociais que responderam “não”, algumas das justificativas foram: “não há”, “falta de oportunidades”, “as capacitações não são contínuas” e “momento pessoal difícil”.

Já a última questão, “Na sua opinião, qual a contribuição da teoria social crítica para o Serviço Social?” objetivou entender a apreensão da teoria social, já que ela possibilita a leitura da realidade por parte dos assistentes sociais, podendo aparecer por exemplo, a relação entre teoria e prática e uma possível ausência de consciência teórica. Netto (2011) afirma que “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (NETTO, 2011, p.5).

16,6% das assistentes sociais não responderam a esta questão. Das quinze assistentes sociais que responderam, em 33,3% das respostas, o termo “fundamental” aparece. Em todas as respostas, a teoria social crítica aparece como algo importante para o Serviço Social, por exemplo: “A teoria social crítica nos permite entender que somos classe trabalhadora e que isso repercute com diferentes consequências e opressões (perpetuando-as). Sem esse entendimento a atuação recorreria a perspectivas que culpabilizam os trabalhadores por sua condição, propondo reformas de conduta, por um discurso moralista e individualizante diante das expressões da questão social.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porque cantamos

*Se cada hora vem com sua morte
se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e a vida é nada mais que um alvo móvel*

*você perguntará por que cantamos
(...)
cantamos porque o rio está soando
e quando soa o rio / soa o rio
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino*

*cantamos pela infância e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
cantamos porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos*

*cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota*

*cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
e porque nesse talo e lá no fruto
cada pergunta tem a sua resposta*

*cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes desta vida
e porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas!
(Mário Benedetti)*

Este trabalho objetivou elucidar as principais categorias do modo de produção capitalista, visto que é ineliminável deste a “questão social”, ou seja, a contradição entre o capital e o trabalho, além de ser o objeto de intervenção do Serviço Social. Dessa forma, a sociabilidade erguida sob o comando do capital e que tem como célula central das relações

sociais a mercadoria, exponencia a pauperização e as manifestações da “questão social”. Devido às pressões da classe trabalhadora em conjunto ao redimensionamento do Estado no capitalismo monopolista, a constituição das políticas sociais fazia emergir a necessidade de uma profissão que atuasse em conjunto a estas.

Assim, o Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, com vínculo direto à Igreja Católica e à burguesia nacional. Dessa forma, o perfil requisitado às primeiras assistentes sociais possuía um cariz vocacional/missionário cristão - o que pode repercutir na imagem socialmente construída dos/as assistentes sociais ainda hoje (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

O Movimento de Reconceituação Latino Americano, impulsionado na década de 1960, através do encontro - ainda que enviesado - da profissão com o marxismo, proporcionou uma crítica ao Serviço Social tradicional. Foi ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, por outro lado, sob o solo da autocracia burguesa no Brasil e o incentivo à abertura democrática no país, que criou-se o momento propício para a efetiva ruptura com o Serviço Social tradicional, através da aproximação à teoria de Marx e da negação das bases da imagem socialmente construída da profissão - possibilitando então a construção de uma nova autoimagem para o Serviço Social.

Esta autoimagem renovada, e legitimada pelos entes representativos da categoria e pelo Código de Ética da Profissão, pela Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares possui uma tensão entre a imagem socialmente construída do Serviço Social - uma vez que a autoimagem relaciona-se a valores e princípios como a liberdade, a democracia e a emancipação.

Assim, este trabalho objetivou apreender acerca desses traços e tensões na região na qual a UFOP se insere. Dessa forma, as particularidades da região e as marcas deixadas pelo período colonial, numa Universidade extremamente tradicional, imprimem os desafios da profissão aqui, somada ao rompimento-crime da barragem da Samarco em novembro de 2015 no município de Mariana. Este crime, culminou na queda, pela metade na receita do município, rebatendo diretamente à atuação dos/as assistentes sociais aqui.

A análise dos questionários aplicados às assistentes sociais possibilitou o diálogo entre a imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão, explícitas na primeira parte do trabalho, com as tendências e projetos da profissão na região que podemos perceber com os questionários.

Em suma, este trabalho, que partiu de inquietações do processo de estágio, possibilitou aproximação aos fundamentos da profissão, principalmente acerca da necessidade da contínua construção e afirmação da autoimagem afirmada pelo PEP. Além disso, este trabalho enfatiza a importância da extensão universitária, tanto para os discentes, que têm o privilégio de ir “para além dos muros” da Universidade, quanto para a comunidade na qual a esta se insere. Com a ênfase dada à importância da Extensão Universitária, encerro este trabalho com uma poesia construída neste espaço e que aponta e reforça a necessidade de um projeto profissional anticapitalista e de interesse emancipatório:

Ó vida futura! Nós te criaremos

Criaremos a humanidade e um mundo sem classes sociais
Sem que o oprimido seja um ser dual, que tem sua subjetividade
sufocada
Construir, projetar, articular, o futuro está em nossas mãos
Onde o amor possa ser amado

Vida, constituída de fases
Quero dormir sem medo de acordar
A liberdade terá um valor central
Queremos um mundo onde o ser supere o ter

Uma vida onde as pessoas se reconheçam
Seremos socialmente iguais, seremos totalmente livres
Que as formas de conquista do opressor, existam apenas dos livros de
história
Eu sou o meu futuro

Te criaremos sem a dor da opressão
Onde o passado e o presente são determinantes para um novo futuro
Onde a liberdade se torne algo comum
SIM! Nós te criaremos, riaremos, iaremos, aremos, remos, emos,
mos!

Andreza Caroline, Edvaldo Rocha, Filipe Coelho, Izabella Rocha

APÊNDICE A

Parte I: Identificação

1. Em que ano você se formou? _____
2. Em qual instituição você se formou? _____
3. Por que você escolheu esta instituição?

4. Em qual(is) área(s) você trabalha?

- | | |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sociojurídica | <input type="checkbox"/> Assistência Estudantil |
| <input type="checkbox"/> ONG's _____ | <input type="checkbox"/> Política de Saúde |
| <input type="checkbox"/> Assistência Social (proteção básica) | <input type="checkbox"/> Política Habitacional |
| <input type="checkbox"/> Assistência Social (proteção especial) | <input type="checkbox"/> Outro(s): _____ |
| <input type="checkbox"/> Unidade de Acolhimento Institucional | |

5. Quando você começou a atuar como assistente social?

- na década de 1980
- A partir de 1995
- A partir dos anos 2000

Parte II: Sobre a profissão

6. Por que você escolheu Serviço Social?

7. Para você o que é Serviço Social?

8. No seu cotidiano, qual a relação que você identifica entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o exercício profissional?

9. No espaço sócio ocupacional em que você atua, quais são as exigências profissionais postas para o Serviço Social? (Marque de 1 a 5; 1 = o que é mais exigido e 5 = o que é menos recorrente):

- Burocratização dos serviços
- Encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população
- Integração empreendedora dos usuários
- Afirmação dos direitos dos usuários
- Empoderamento dos indivíduos e de seus dotes pessoais
- Empatia com os usuários
- Trabalho sociopedagógico com vistas à formação da consciência política dos usuários
- Ajuda psicossocial
- Apelo à sociedade civil e parcerias
- Processos de emancipação política dos usuários na viabilização de acesso aos direitos sociais
- Resolução de conflitos e solução de problemas
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- Outros: _____

10. Para você, o que é mais relevante para o trabalho do assistente social? (Marque de 1 a 5; 1 = o que é mais relevante e 5 = o que é menos relevante):

- Burocratização dos serviços
- Encaminhamento de providências, orientação social a indivíduos, grupos e à população
- Integração empreendedora dos usuários
- Afirmação dos direitos dos usuários
- Empoderamento dos indivíduos e de seus dotes pessoais
- Empatia com os usuários
- Trabalho sociopedagógico com vistas à formação da consciência política dos usuários
- Ajuda psicossocial
- Apelo à sociedade civil e parcerias
- Processos de emancipação política dos usuários na viabilização de acesso aos direitos sociais
- Resolução de conflitos e solução de problemas
- Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- Outros: _____

11. Como você desenvolve o seu trabalho?

12. Há planejamento de suas ações?

Sim ()

Explique: _____

Não ()

Explique: _____

13. Em relação a sua formação acadêmica e às exigências do seu cotidiano de assistente social como você avalia a sua condição para o trabalho profissional?

() Positivamente

Explique: _____

() Negativamente

Explique: _____

Outra resposta: _____

14. A investigação está presente em seu trabalho?

Sim ()

Explique: _____

Não ()

Explique: _____

Outra resposta: _____

15. Quanto à capacitação contínua, participa de alguma formação?

Sim () Qual: _____

Não () Qual o motivo: _____

16. Na sua opinião, qual a contribuição da teoria social crítica para o Serviço Social?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Prezada(o) assistente social,

Você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) cujo título é “**Serviço Social: interlocuções entre autoimagem e projeto ético-político da profissão**”. A sua participação nesta **pesquisa é voluntária**, não é **necessário se identificar**, e se dará por meio de respostas às perguntas presentes neste questionário contendo questões objetivas e dissertativas.

Estão sendo convidados a participar da presente pesquisa, assistentes sociais que trabalham no município participantes do Projeto de Extensão intitulado “A Relação Teoria-prática e o Tratamento Do Instrumental Técnico-operativo No PEP do Serviço Social”, vinculado ao Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social – NEESFT da UFOP.

Ao participar, você estará contribuindo significativamente para a produção do conhecimento acerca da temática em foco. A realização dos procedimentos e a utilização dos dados da presente pesquisa serão utilizados para fins didáticos, pesquisa acadêmica e de divulgação científica, onde o sigilo e o anonimato dos envolvidos serão primordialmente garantidos.

Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, solicita-se entrar em contato a qualquer momento pelo email: andreza.ataides@gmail.com; ou pelo e-mail da orientadora do TCC Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara: vcarrara@ufop.edu.br

(pesquisadora responsável)

(entrevistado)

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. 1996.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F.G. **Mobilização Social e Práticas Educativas**. In. Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, ABEPSS, 2009.

ANDRADE, C.D. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v. 4

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado** – Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila – 5 de fevereiro de 2015 – Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-divida-publica-em-2014-superaram-45-do-orcamento-federal-executado/>. Acesso em 27 de outubro de 2019. 16:00.

BARBOSA, R.J.R. **A Dependência Econômica da Cidade de Mariana no Segmento de Mineração**: uma análise do período de 2013 a 2017. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso em Economia - UFOP. Mariana, 2018.

BAPTISTA, M.V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BERTOLLO, K. **Mineração e Superexploração da Força de Trabalho: análise a partir da realidade de Mariana - MG**. Tese (Tese em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis. 2018

BERTOLLO, K. **Planejamento em Serviço Social**: tensões e desafios no exercício profissional. Rev. Temporalis, Brasília (DF), n.31, 2016.

BEHRIGN, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009. v.2

BRAZ, M. **Notas sobre o Projeto Ético-Político**. Rio de Janeiro: CRESS, 1996.

CANUTO, L.L.M. **A Expansão da UFOP Promovida Pelo REUNI: Mercantilização da política educacional universitária e a insuficiência da assistência estudantil.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social - UFOP. Mariana. 2019.

CARRARA, V.A. **Desafios do curso de Serviço Social da UFOP frente 20% em Educação**

à Distância. In. 5º Encontro Internacional de Política Social. 12º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, 2017.

CARRARA, V.A. et al. **Uma Reflexão Sobre a Realidade do Trabalho das/os Assistentes Sociais da Microrregião dos Inconfidentes.** In. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019.

COUTO, B. R. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS/ABESS (Orgs.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** 2011.

CFESS. **Política de Educação Permanente.** Brasília, 2012 - Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 5 de novembro de 2019.

CFESS. Série assistente social no combate ao preconceito: **O que é preconceito?** Brasília (DF), 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

DIAS, J.S.P. **O Serviço Social e a Mediação de Conflitos no CEJUS/BH: Desprofissionalização do assistente social?** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social - UFOP. Mariana. 2018.

EXAME. **Tragédia em Mariana ainda afeta economia da cidade** - 5 de novembro de 2017 - Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/tragedia-de-mariana-ainda-afeta-economia-da-cidade/>>. Acesso em 10 de junho de 2018

FALEIROS. In: **A metodologia do Serviço Social**. Cadernos ABESS, n.3, Cortez: São Paulo, 1989.

FORTES, R.M. **As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora**. Rev.Verinotio (online). n.22, 2016

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares**. *Rev. katálysis* [online]. 2013, vol.16, n.spe, pp.39-49.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 39-70.

GUERRA, Y. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica**. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A.M.B; MOLJO, C.B.; SERPA.M; SILVA, J.F.S (Org). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

GONÇALVES, A. B. R; NASCIMENTO, D.A. **Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa**. Rev. Ipotesi, Juiz de Fora, vol. 15, n. 2, p.51-62, 2011.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

IBAMA. **Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG - 2018 - Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-externo/cites?id=117>>.** Acesso em: 10 de junho de 2018

INSTITUTO MINERE. **O que é CFEM? - 2016 - Disponível em: <<https://institutominere.com.br/blog/o-que-e-cfem>>.** Acesso em: 3 de novembro de 2019.

LEWGOY, A.M.B.; SILVEIRA, E.M.C. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social.** Rev. Textos e Contextos, Porto Alegre, vol.6, n.2, p. 233-251, 2007.

LIMA, R. C. C. . **Perspectivas para elaboração de um Projeto de Intervenção à luz do Projeto Profissional Hegemônico.** In: Luis Eduardo Acosta Acosta; Maria Angélica Pereira da Silva. (Org.). Trabalho social: estudos sobre prática e exercício profissional dos assistentes sociais. 1ed.Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2014, v. 1, p. 181-204

LIMA, R. L. **Sobre o Conceito de Pseudoconcreticidade em Karel Kosik.** Dissertação (Dissertação em Filosofia. UFRN: Natal, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, R. M. **Enfrentamento da pobreza e gestão da barbárie na contemporaneidade.** In: CRESS – Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região/MG. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016.

MACHADO, T. C. **Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: hegemonia e tendências profissionais.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social - UFOP, Mariana, 2019.

MOTA, Ana Elizabeth. **O fetiche da assistência social.** In: MOTA, A. E. (org.). O mito da Assistência Social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008

MINAYO, M. C. S. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social.** In. Teoria Social: Teoria, Método e Criatividade, Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, São Paulo: Cortez, 2007

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996

NETTO, J. Apêndice à terceira edição: **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: NETTO, J. Capitalismo monopolista e serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 151-162.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2012. v.1

NETTO, J.P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 1999.

ORTIZ, F.G. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010

PEREIRA, L. D. **Mercantilização do Ensino Superior, Educação a Distância e Serviço Social**. Rev. Katálises, Florianópolis, n.2, p. 268-277, 2009.

PREFEITURA DE MARIANA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/historico>>. Acesso em: 27 de outubro de 2019. 15:00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. **Prefeito de Mariana decreta estado de Calamidade Financeira para o município - 2019** - Disponível em: <<http://mariana.mg.gov.br/noticia/5184/prefeito-de-mariana-decreta-estado-de-calamidade-financeira-para-o-municipio>>. Acesso em 14 de abril de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **ICMS** - Disponível em: <<http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/icms/>>. Acesso em 3 de novembro de 2019.

SANTOS, C.M. **Na Prática a Teoria é Outra?**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do Ouro**. Graal, 1986.

UFOP, **História da UFOP**. Disponível em: <<https://ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em 3 de outubro de 2019.

VASCONCELOS, A. **A/O Assistente Social na luta de Classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.